

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO



1290003143



TCC/UNICAMP C129p

DANIEL BORTOLÓTTI CALIPO

T942170072

PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA CRÍTICA:  
UMA AÇÃO EDUCATIVA TRANSFORMADORA.

Esta monografia se pretende como trabalho de conclusão de curso (TCC): Pedagogia / noturno. Da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas / Unicamp. Sob orientação do Prof. Dr. Silvio Sanches Gamboa.

**UNICAMP - FE - BIBLIOTECA**

CAMPINAS, 2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO



1290003143



TCC/UNICAMP C129p

DANIEL BORTOLÒTTI CALIPO

T942170072

PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA CRÍTICA:  
UMA AÇÃO EDUCATIVA TRANSFORMADORA.

Esta monografia se pretende como trabalho de conclusão de curso (TCC): Pedagogia / noturno. Da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas / Unicamp. Sob orientação do Prof. Dr. Silvio Sanches Gamboa.

**UNICAMP - FE - BIBLIOTECA**

CAMPINAS, 2006

UNIDADE:	F.E.
Nº CHAMADA:	TCC UNICAMP
	C129p
V:	EX:
TOMBO:	3143
PROC.:	145107
C:	D: X
PREÇO:	
DATA:	27/03/07
Nº CPD:	1105274

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Calipo, Daniel Bortolotti.  
C129p      Projetos de extensão universitária crítica : uma ação educativa transformadora / Daniel Bortolotti Calipo. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientadores : Silvio Ancizar Sanchez Gamboa.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Extensão universitária. 2. Movimentos estudantis – Aspectos políticos. 3. Ação educativa. 4. Paradigma. 5. Projetos educacionais. I. Sanchez Gamboa, Silvio. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-742-BFE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DANIEL BORTOLOTTI CALIPO

PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA CRÍTICA:  
UMA AÇÃO EDUCATIVA TRANSFORMADORA.

CAMPINAS, 2006

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Campinas, \_\_\_\_\_ de novembro de 2006.

---

Prof. Dr. Sílvio Alcízar Sanches Gamboa (1<sup>o</sup> leitor)

---

Prof. Dr. César Aparecido Nunes (2<sup>a</sup> leitor).

Dedico este trabalho aos projetos de extensão universitária crítica, os quais participam ativamente do processo de mudança de paradigma, na Unicamp e sociedade circundante.

## Agradecimentos

Agradeço aos amigos professores e amigas professoras da Faculdade de Educação, Unicamp.

Agradeço em especial aos integrantes dos projetos Mano a Mano e Trilharestórias, com que compartilhei minha formação acadêmica e de mundo.

Agradeço aos amigos e amigas que me ajudaram neste processo de crescimento científico, em especial a Márcia Soraya Teani, militante do movimento estudantil.

## RESUMO

Este presente trabalho tem como finalidade qualificar as reflexões a cerca das atividades de extensão universitária. Principalmente no que diz respeito ao caráter educativo destas atividades à formação acadêmica do estudante universitário. Pretendemos demonstrar com este estudo um novo paradigma científico à construção do conhecimento, impulsionado pelas práticas dos projetos de extensão universitária crítica, estas que, em busca de uma síntese dialética, confrontam os saberes acadêmicos e populares, integrando ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, estudamos um destes projetos em específico: *O Trilharestórias*, em suas concepções político-pedagógicas, considerando-o como um projeto de extensão pertencente a um contexto específico de extensão universitária, na Unicamp, do qual se originou o movimento SUBA, abordado em nosso trabalho sob os pontos de vista histórico e filosófico. Nossas sistematizações vieram demonstrar uma identidade crítica destes projetos de extensão universitária, consolidada através de suas práticas educativas de transformação.

# SUMÁRIO

Prefácio	08
Introdução	11
<b>Capítulo I: Movimento SUBA e a Extensão Crítica</b>	
1.1) Meu primeiro contato com a extensão universitária	16
1.2) A origem histórica do movimento SUBA	20
1.3) Conjuntura atual do movimento SUBA	25
<b>Capítulo II: Projeto <i>Trilharestórias</i>: Ação educativa transformadora</b>	
2.1) O que é o projeto <i>Trilharestórias</i>	29
2.2) Planejamento político-pedagógico	31
2.3) Arte e educação: pressupostos metodológicos	33
2.4) Quanto aos objetivos	34
2.5) Quanto ao campo de atuação	35
<b>Capítulo III: Extensão para um novo conhecimento</b>	
3.1) Princípio fundamental	39
3.2) Formação do estudante universitário	40
3.3) Paralelo epistêmico	42
Conclusão	46
Bibliografia	50
Anexos	51

## Prefácio

Em nosso presente estudo, esforçamo-nos a descrever uma prática crítica da extensão universitária, no interior da Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp. Esta prática é revelada na atuação de projetos de extensão universitária, projetos estes que possuem um caráter educativo e, compartilham de princípios comuns, em suas atividades de extensão, com um movimento estudantil denominado SUBA.

Para nos aprofundarmos sobre as práticas destes projetos, dentre os outros vinculados ao movimento SUBA, centramos nosso olhar científico ao projeto *Trilharestórias*. Assim, descrevendo neste estudo, as ações político-pedagógicas deste projeto, a fim de descobrir o que de fato, em sua prática, consolida-se como educação transformadora.

Deste modo, faz-se necessário entendermos o contexto em que se insere este projeto, fato que nos leva a relatar as características históricas e filosóficas do movimento SUBA, este que se eclodiu na razão de ser um ponto de interação e força a estes projetos de extensão universitária crítica, marginalizados pelas instâncias formais da Unicamp.

As ações deste movimento visaram e, continuam visando a construção de uma oposição frontal às políticas e concepções de extensão universitária auferidas por esta universidade, seja através das práticas dos projetos de extensão universitária crítica, que se filiam ao SUBA, seja através de atos estudantis internos e promoção de debates sobre as concepções e práticas de extensão existentes no campus universitário.

Como iremos perceber ao longo dos capítulos e introdução, nosso esforço, tanto no sentido de descrever estas práticas críticas de extensão, como em nossa própria atuação política cotidiana, vêm para elucidar duas vertentes contraditórias de concepção de extensão universitária: a concepção crítica, pautada pela ação educativa transformadora, compromissada com as causas populares do país, e a concepção elitistas e assistencialista, restrita aos interesses mercadológicos e ao pensamento unilateral do conhecimento.

Algumas tentativas de evidenciar as bases do conhecimento científico, que fundamentam estas concepções e práticas de extensão distintas, foram iniciadas em nossa monografia e, seguramente, não se findaram.

Entretanto, esperamos motivar nos leitores uma reflexão sobre os paradigmas científicos, através das exposições preliminares do pensamento de Boaventura Sousa e Santos, sociólogo do Direito e autor de uma vasta bibliografia sobre os assuntos paradigmáticos, em seguida Paulo Feire, pensador da educação e extensão e, por fim, Carlos Rodrigues Brandão, antropólogo e teórico da pesquisa participante.

Estas exposições bibliográficas são resultados de uma reflexão crítica, no campo da extensão universitária, permeada por análises científicas advindas da observação participante do próprio autor da monografia, atuante desde 2004 no projeto *Trilharetórias* e desde 2003 no movimento SUBA. Portanto resultado de uma interface bibliográfica e empírica, recheada por concisos relatos, de conteúdos políticos e pedagógicos sobre a questão da extensão universitária.

Toda nossa discussão partiu sob a ótica de uma pergunta chave, que nos impulsionou a escrever sobre este assunto, nesta monografia final do curso de Pedagogia:

*Os projetos de extensão universitária, de caráter transdisciplinar e autogestionados por estudantes de graduação da Unicamp, são espaços educativos que promovem uma ação transformadora às bases de formação dos estudantes universitários e organização geral da sociedade?*

Para responder a esta questão, dividimos nosso estudo em três capítulos básicos.

Um primeiro capítulo, referente ao movimento SUBA, já expondo diferenças de concepções sobre a extensão universitária, evidenciando as políticas de extensão da Unicamp e a postura e concepção de extensão defendida pelo movimento SUBA.

Sobre este capítulo, para criar uma seqüência lógica dos fatos, o subdividimos em três tópicos cronológicos, começando pelas primeiras experiências do autor, da monografia, na extensão universitária, passando posteriormente às origens históricas do movimento SUBA, remontando o histórico básico do movimento estudantil da universidade pela extensão universitária, do qual emergiu o SUBA, compreendendo a época dos anos de 1999 a 2006 e, finalmente, a exposição da conjuntura atual deste movimento.

No segundo capítulo, nosso esforço foi direcionado a descrição do projeto *Trilharestórias*, no que diz respeito as suas formas e conteúdos de organização interna, o que é subjacente às suas ações educativas, justamente seus pressupostos políticos, filosóficos e pedagógicos. A partir destas considerações, perceberemos uma relação clara e fundamental entre a prática do projeto *Trilharestórias* e as teorias que propusemos discutir neste estudo.

Para o terceiro capítulo, reservamos uma discussão teórica sobre os paralelos epistêmicos entre os três autores estudados no presente trabalho, com intuito de, ao tecer uma relação entre as experiências práticas do autor da monografia, tanto na extensão universitária pelo movimento SUBA, como no projeto *Trilharestórias*, somado as reflexões complementares referentes ao campo da educação e pedagogia, apontar dois eixos fundamentais para a construção de um novo conhecimento científico, eixos estes que se imbricam na medida em que se processam: a extensão universitária crítica e os projetos educativos emancipatórios.

Enfim, a conclusão final tenta, a partir de uma análise sintética dos três capítulos e introdução, ensaiar uma possível resposta à pergunta chave, exposta acima.

Com estas exposições, organizadas nestes três capítulos básicos e conclusão, esperamos motivar os leitores a repensar as concepções de extensão universitária existentes no interior das Universidades, em especial na Unicamp, a partir da prática do autor, a fim de legitimar a Extensão Crítica como concepção transformadora, tanto à questão do paradigma científico, quanto à organização da sociedade.

Desejamos aos leitores, uma frutífera reflexão.

## Introdução

Para começarmos nossa introdução, apontaremos algumas características fundamentais, tanto do ponto de vista das práticas, como das teorias, que legitimam a qualidade crítica aos projetos de extensão universitária, expressas nas seguintes afirmativas:

Os projetos de extensão universitária da Unicamp, vinculados ao movimento SUBA (Sociedade Universidade em busca de Alternativas) possuem uma idiossincrasia educacional. Suas práticas estão direcionadas para o desenvolvimento da educação. Uma educação que emancipa e liberta.

Os projetos de extensão não têm como princípio resolver os problemas da comunidade somente a partir do que sabem e do que podem fazer pontualmente, agindo desta forma, estariam legitimando apenas uma prática assistencialista, da qual a comunidade se tornaria dependente.

Estas características principais, em nível de princípio, trazem como consequência, uma ação peculiar: quando um projeto de extensão universitária se desloca para uma comunidade específica, tem como meta compor um novo projeto, com a participação de integrantes daquela comunidade. Estes novos integrantes se transformam em educadores.

Segue-se disto que, a criação de um novo projeto, composto por integrantes do projeto de extensão e integrantes da comunidade visa, em conjunto, edificar um novo conhecimento científico, específico para os problemas daquela comunidade. Este princípio metodológico concretizado propulsiona a formação de educadores participantes à construção deste novo conhecimento, com propriedade para ensiná-lo e o continuar desenvolvendo junto aos outros membros da comunidade.

Em Paulo Freire, quem se apropria do conhecimento pode apreendê-lo:

*Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, como o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. (FREIRE, 1977, p.27.).*

Deste modo, a partir desta ação teorizada, pensamos que, tanto o projeto de extensão universitária, como a comunidade, tornam-se emancipados de uma prática política de extensão assistencialista.



Passamos a falar sobre a postura política observada e almejada à Extensão Crítica.

Para que este novo projeto educativo emancipatório, originado da prática crítica de extensão, seja concretizado, faz-se necessário, tanto da parte dos universitários, como da comunidade, haver um compromisso político de transformação social e uma prática metodológica específica e constante. Esta constância e este envolvimento político construirão o novo conhecimento que possibilitará, no futuro, a autogestão da comunidade às resoluções de seus problemas peculiares.

Este compromisso político de transformação social, a partir da constância participativa da ação educativa, trás à natureza de um projeto de extensão universitária crítica a impossibilidade de uma ação assistencialista.

Esta constância tem de ser norteada pela emancipação ao contrário da dependência. Com o objetivo de, a partir do momento em que uma sólida construção, no campo da educação e da transformação social for observada na comunidade, o projeto de extensão universitária possa abdicar de suas atividades. A natureza dinâmica destes projetos críticos, da extensão universitária, mobiliza-os a conhecer e criar outras possibilidades educativas em outras comunidades do próprio movimento, ou de outro movimento social.

Este objetivo transparece nas metodologias dos projetos que tentam criar condições para a construção de um conhecimento que a comunidade possa apreender e gerir por si só.

Daí a natureza emancipatória da ação educativa dos projetos de extensão universitária crítica.

Assim, compreendemos que as ações de extensão assistencialistas são marcadas por intervenções pontuais, expressas pela transferência do conhecimento de forma “pronto e acabado”, desprovidas de um compromisso de transformação, seja na esfera social ou científica. Fato este que, trás como consequência políticas e pedagógicas a

desvalorização dos saberes populares da comunidade, legitimando os saberes acadêmicos como superiores,

Esta prática conduz a dependência e ineficiência da resolução das problemáticas sociais, pois, como dito, quando o grupo universitário “dá as costas”, a comunidade não tem condições, por si só, de por em prática a resolução tomada apenas por um dos agentes da extensão.



Estes princípios políticos emancipatórios para serem concretizados, a partir de uma participação horizontal nas práticas educativas da extensão, precisam de uma fundamentação antropológica consciente da reciprocidade entre as culturas e da incompletude dos conhecimentos que delas derivam.

Deste modo, passamos adiante a olhar as ações da extensão universitária crítica, a partir da profundidade das discussões teóricas entre os autores fundamentais de nosso estudo.

As ações de extensão universitária crítica são permeadas por uma bidirecionalidade de aprendizagens e saberes, sem níveis intelectuais diferenciados. Os projetos universitários devem agregar integrantes da comunidade envolvida, a fim de que se evite uma atividade educacional tecnicista e etnocêntrica, na qual o grupo universitário trás, ao longo de seus estudos e pesquisas a solução para os problemas da comunidade externa<sup>1</sup>.

O projeto deve ser dinâmico e integrado com a própria comunidade. Ambos os agentes (universitários e comunidade) participam de uma educação intercultural e aprendem a se comunicar horizontalmente, desmascarados enquanto grupos culturais hierárquicos. Este pensamento é encontrado nas reflexões de Boaventura Souza e Santos, em seu modelo pedagógico para o projeto educativo emancipatório. Santos evidencia a necessidade de uma comunicação intercultural, designada por ele de hermenêutica diatópica:

*O objetivo da hermenêutica diatópica é maximizar a consciência da incompletude recíproca das culturas, através de um diálogo com “um pé numa cultura e o outro pé noutra”. Daí o seu caráter diatópico. A hermenêutica diatópica é um exercício de reciprocidade entre*

---

<sup>1</sup> Comunidade externa designa o campo de desenvolvimento de parte das ações de extensão. Outras ações são desenvolvidas na comunidade universitária; ambas resignificadas pela ação recíproca da extensão universitária crítica.

*culturas que consiste em transformar as premissas de argumentação de uma dada cultura em argumentos inteligíveis e creíveis noutra cultura. (SANTOS, 1996, p. 31.)*

Como isso, criando uma correlação de pensamentos.

Ao se referir a incompletude das culturas e a seu método diatópico, Santos faz alusão ao Ser-educando e ao método dialógico explícito na ação educativa em Paulo Freire. Ambos em busca de uma transformação nas bases epistemológicas do conhecimento, para libertação e emancipação do Ser em sociedade.

Paulo Freire nos propõe, através de seus estudos, algumas características da ação educativa no campo da extensão. O Pensador trás em seu livro: “Extensão ou Comunicação” críticas sobre a postura da universidade quanto às formas de conduzir as atividades de extensão universitária, sugerindo até, no limite de sua análise, a incompatibilidade do termo extensão às práticas educativas libertadoras. Freire nos aponta para os riscos de uma extensão assistencialista, na qual a universidade se julga detentora de um saber superior, de uma verdade que tem de ser transmitida sem indagações e confronto: *Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber” a “sede da ignorância” “para salvar, com este saber, os que habitam nesta”.*(FREIRE, 1977, p.25.).

Paulo freire nos coloca como fonte geradora do conhecimento o confronto dialético existente entre os saberes acadêmicos e populares, criticando aqueles que concebem, a partir de uma visão assistencialista da extensão, os saberes acadêmicos como verdades absolutas que devem ser transmitidos “de cima para baixo” sob as comunidades externas.

Este conhecimento popular desconsiderado pela universidade e presente nas comunidades em que os projetos de extensão tentam participar é base, assim como o conhecimento acadêmico, para um novo conhecimento de significados e aplicabilidades possíveis à realidade, pois é fruto do confronto que esta mesma produz.

Como demonstramos, mediante nossas leituras bibliográficas, encontramos uma ponte alusiva entre a concepção metodológica para o conhecimento de Paulo Freire e o pensamento de Boaventura Sousa e Santos, ambos nos atentando para a valorização do confronto dialético entre os diferentes saberes existentes, cada pensador em sua terminologia, cada saber em confronto com a sua não realidade. Uma nova

epistemologia do conhecimento, capaz de transformar, de fato, nossa ciência e sociedade.

Com um pensamento de Boaventura Souza Santos, continuemos a desenvolver nosso tema:

*O objetivo último de uma educação transformadora é transformar a educação (SANTOS, 1996, p18.).*

# Capítulo I

## Movimento SUBA e a Extensão Crítica

Neste primeiro capítulo, traremos aos leitores as considerações históricas, políticas e filosóficas de um movimento organizado por estudantes da Unicamp, no ano de 2003, com objetivo de promover uma ampla discussão, crítica, sobre as concepções de extensão universitária e universidade que passaram a emergir, a partir da crescente inserção da lógica neoliberal nas práticas acadêmicas. O movimento SUBA( Sociedade e Universidade em Busca de Alternativa) é decorrente de um movimento estudantil pela extensão universitária, no interior da Unicamp, que marca em nosso trabalho a data de 1999. Temos o compromisso de mostrar que a luta pela Extensão Crítica na universidade, não se faz de outra maneira se não pelo movimento político de confronto às ações mercadológicas e assistencialistas da extensão universitária. Este capítulo, também visa demonstrar o contexto político-pedagógico em que o autor da monografia e o próprio projeto *Trilharestórias* participam de forma compromissada. Desta forma, entendendo que as raízes epistemológicas de nossas reflexões não estão isoladas e derivam de um movimento político pela extensão universitária crítica, gerido por pensamentos comuns de sociedade, universidade e extensão universitária.

### 1.1) Meu primeiro contato com a extensão universitária.

Logo que ingressei na Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, no ano de 2003, fui contemplado com uma bolsa-trabalho oferecida pelo SAE (Serviço de Apoio aos Estudantes da Universidade). Naquela época esta bolsa-trabalho estava começando a ser disposta dentro de projetos de extensão universitária.

Esta atitude da Unicamp, em oferecer os projetos de extensão como campo de trabalho aos bolsistas SAE, como são chamados os estudantes contemplados com a bolsa na universidade, passou a ocorrer após o ano de 2001, fato que se consolidou não

pelo reconhecimento institucional da Universidade perante os Projetos e sim, pela pressão do Ministério Público do Trabalho.

Como mostra os documentos da época sobre este fato, a Unicamp respondia a um processo judicial por empregar, irregularmente, os estudantes contemplados com a bolsa-trabalho em serviços gerais, como: restaurante universitário, bibliotecas, almoxerifado, secretárias. (Anexo 01: Partes do Processo).

Esta postura da universidade, em alocar os bolsistas-trabalho em serviços gerais do campus universitário, pode ser encarada como tática política da Unicamp para diminuir os gastos com contratações de funcionários registrados a realizar estes serviços, já que os próprios estudantes podiam realizar estas tarefas com menores custos e isentos de direitos legais trabalhistas. (Os argumentos do processo movido pelo Ministério Público do Trabalho, selecionado nos anexos, confirmam esta interpretação).

A realidade do “bolsista-trabalho” contribui para este procedimento injusto, uma vez que tem de trabalhar para custear seus estudos. Estes espaços de trabalho distanciam os estudantes de seus interesses de ensino e pesquisa, uma vez que não estão associados aos seus estudos universitários.

Por esta interpretação, percebemos que a política de Apoio aos estudantes da universidade reproduzia as desigualdades sociais dentro dela mesma. Os estudantes que historicamente não podiam custear os seus estudos antes do ingresso na universidade, tendo de trabalhar ao invés de estudar, dentro desta, continuavam marginalizados. O tempo que poderiam dispor para pesquisar e qualificar sua formação acadêmica<sup>2</sup> era posto em serviços estritamente manuais e mecânicos, distanciados de seus interesses de pesquisa.

Estas reflexões sobre democratização dos espaços formais de educação estão presentes, embora em nível de ensino médio e primário, no livro “Cuidado Escola”, elaborado pelo instituto IDAC, apresentado por Paulo Freire, mas que podem nos servir como argumento para pensarmos a universidade:

---

<sup>2</sup> Formação: Para este termo em específico, formação do estudante universitário, estamos prezando por um conjunto de atividades indispensáveis para a formação do sujeito em sociedade. Com plenas capacidades de participar dos universos da pesquisa, do ensino, das atividades de extensão universitária, de atividades culturais e artísticas que a comunidade universitária pode oferecer, além de outros espaços e comunidades que os estudantes precisam participar e conhecer, fora da academia.

*O homem da classe operária tem, desde cedo necessidade do trabalho de seus filhos. Estas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento e, sobretudo o hábito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo nas escolas. (TRACY, 1802, apud HAPER... Et al. 2000, p.28).*

Em 2003, quando comecei a participar dos projetos de extensão universitária, não tinha a compreensão política destas atividades de extensão, da qual muitos de meus companheiros já estavam imersos. Minhas reflexões e participações estavam limitadas a uma experiência individual, de transformação pessoal. Naquela ocasião era um membro ativo do Projeto “Mano a Mano”, que ainda hoje atua na extensão universitária da Unicamp, construindo uma relação entre universitários e crianças e adolescentes de rua de Campinas.

Aquele primeiro projeto me colocara frente a frente com uma população marginalizada, com a qual não me imaginava confrontar no contexto da extensão universitária, fato que faria rever minhas verdades e construir, junto às crianças e adolescentes de rua, um novo conhecimento sobre a vida social.

Neste mesmo período, os estudantes desta universidade retomavam o movimento pela extensão, na busca da institucionalização dos projetos de extensão universitária crítica e que, até então, atuavam de forma marginal na Universidade, não sendo por esta, reconhecidos enquanto projetos de extensão universitária.

Estes projetos de extensão universitária possuem uma estrutura educacional conflitante às normas e padrões científicos da academia, atribuindo para si uma postura diferenciada frente ao pensamento hegemônico da extensão, na Unicamp. Por exemplo, não são em sua maioria geridos por professores e sim, por estudantes, estes que se vêem na responsabilidade de promover atividades de extensão universitária à graduação, que a própria universidade não promove. (Anexos 02: Resumos dos Projetos de Extensão Universitária Crítica).

A partir desta demanda real e da retomada do movimento pela extensão na universidade, alguns membros destes projetos de extensão mobilizaram, entorno da Unicamp, um movimento político de caráter estudantil revolucionário, o SUBA, que teve como marco inicial a ocupação de um espaço privado e desativado dentro do campus universitário, ocorrida em 21 de outubro de 2003, tendo como término a data de 04 de dezembro de 2003. O movimento SUBA é um desmembramento do movimento estudantil pela extensão.

A ocupação termina com o deferimento de um termo de compromisso acordado por ambas as partes (PREAC e Movimento SUBA), que atendia parcialmente as reivindicações do movimento, a saber, um espaço institucional, na Unicamp, munido de infra-estrutura básica, para o desenvolvimento dos projetos de extensão universitária. Uma conquista do SUBA para a institucionalização dos projetos de extensão universitária crítica. (Anexos 03: notícias jornalísticas da ocupação e o Termo de Compromisso).

Este movimento tem, por princípio, aglutinar os projetos de extensão universitária ao redor de um pensamento político-pedagógico comum para a extensão, intensificando uma luta conjunta pela institucionalização dos mesmos na universidade. (Anexo 04: Manifesto SUBA).

A institucionalização demanda ao SUBA o trabalho de evidenciar uma conjuntura política sobre a extensão, na Unicamp, que legitime as instâncias deliberativas desta universidade, a promoção do devido vínculo institucional para os projetos de extensão universitária. Uma vez que muitos destes atuam a mais de sete anos na universidade, com inúmeras dificuldades, que relataremos adiante, já formando estudantes críticos e transformadores.

## 1.2) A origem histórica do SUBA

A origem histórica do Movimento SUBA, abordado em nossos estudos, marca o ano de 1999, muito antes de 2003, quando o movimento pela extensão universitária começa a tomar proporções históricas. É naquela data que surgem os primeiros Projetos de Extensão Universitária Crítica, inseridos no bojo de uma conjuntura política, esta, um reflexo do confronto entre as políticas sócio-econômicas intensificadas no interior da universidade. De um lado a privatização constante dos bens universitários públicos e gratuitos, do outro a exigência por uma gestão estatal que se responsabilize, através de seus recursos públicos, pelo financiamento, planejamento e administração da educação.

A moradia estudantil, um espaço conquistado pelo movimento estudantil da Unicamp, no ano de 1988, com o objetivo último de oferecer um espaço residencial gratuito aos estudantes de graduação e pós-graduação, devidamente matriculados nesta universidade, a partir de 1999 começa a sofrer pressões pela privatização de alguns de seus serviços de manutenção geral, que deveriam continuar sendo custeados pelo Estado.

Contra este processo, os estudantes se organizam no intuito de criar formas de legitimar a gratuidade do espaço moradia, não apenas pelo fato de ser o lugar de morada dos estudantes, mas por ser também um pólo cultural e educativo da Comunidade estudantil e sociedade<sup>3</sup>. Os projetos teriam então a responsabilidade de praticar a extensão universitária, desde daquele espaço até a comunidade externa, como mostra, posteriormente o Programa de Moradia Estudantil, no capítulo II – Dos Objetivos e Condições, artigo 3º, tomo III: *“possibilitar a integração entre os estudantes e a comunidade externa”*.

Os projetos MAP (projeto de alfabetização para todas as idades), o VEJA( educação de jovens e adultos) e o Cursinho Moradia( cursinho pré-vestibular), todos com intenção de atender a população local de baixa renda, vizinha do espaço Moradia, são criados e geridos pelos estudantes.

Simultâneo a criação destes projetos, cria-se o AFIM<sup>4</sup>, um grupo “científico-cultural” que abre portas para a introdução dos pensamentos de Paulo Freire nas metodologias dos projetos de extensão.

Neste mesmo ano, surge à primeira tentativa de aglutiná-los, com a criação da Warã, uma “Ong” que abarcava, além destes, outros projetos sócio-educativos sem vínculos com a universidade. Os princípios educacionais da QNG eram fundamentados a partir de uma “visão de mundo solidário e ecológico”, tendo como uma de suas ações, requerer financiamentos estruturais aos seus projetos, dos quais se encontravam os projetos de extensão universitária.

---

<sup>3</sup> Esta visão ampla à Moradia é compreendida no primeiro PME (Programa de Moradia Estudantil), elaborado pelos estudantes e reitorias da Unicamp, em Dezembro de 2001.

<sup>4</sup>AFIM: A Fim do Mundo, um grupo de discussão “científico-cultural”, com propósitos de fundamentar críticas às ações assistencialistas contidas nos projetos do governo federal voltados à educação. O grupo tinha como objetivo valorizar as expressões culturais e intelectuais dos povos à construção de um conhecimento científico significativo à sociedade. O Afim era formado por professores e estudantes universitários, regressos do programa Universidade Solidária.

Porém, a falta de tempo dos estudantes para se dedicarem à “ONG”, pois estes tinham de cursar suas disciplinas curriculares e gerir os projetos, somado a dificuldade da própria Warã de encontrar uma metodologia comum, aja visto a diversidade das concepções políticas que se filiavam a ela, enfraqueceram-na como uma chave de luta do movimento pela institucionalização dos projetos de extensão universitária.

A Warã cede, com isto, o seu CNPJ para o projeto Mano a Mano, passando este a responder, formalmente, como “Ong Mano a Mano”.

No ano de 2000, o movimento pela extensão ganha um importante parceiro em sua luta, o DCE (Diretório Central dos Estudantes). Este estrutura uma nova concepção política, visando atingir os objetivos da extensão universitária, articulando suas demandas e iniciativas, em comunicação com a sociedade.

Esta atuação do DCE e dos projetos de extensão universitária que atuavam na moradia estudantil, somada a formação dos grupos de discussões à cerca do real sentido social da universidade, propiciava uma conjuntura política favorável à aparição de novos projetos e grupos de discussão referente à extensão universitária, como, por exemplo, o “Pulando Cerca” (um grupo que usava o processo de “cercamento” do campus universitário para ilustrar sua crítica sobre a extensão institucional da Unicamp).

A entrada da comunidade externa na universidade, via os “projetos da moradia”, fomenta a criação de novos projetos de extensão, agora em conjunto aos membros e demandas das comunidades populares vizinhas. A interação entre o Assentamento Rural II de Sumaré, do MST (Movimento Sem Terra) e universitários críticos da extensão, engendra a formação de mais dois projetos de extensão, o VIVEIRO (projeto de reflorestamento de vegetações nativas e agroecologia) e o CIO DA TERRA (projeto educacional em assentamentos Rurais que, além de preparar estudantes para o vestibular, critica-o como forma de seleção injusta para o ingresso na universidade).

No ano de 2001, diante da intensificação do movimento pela extensão na UNICAMP, surge a primeira aproximação da PREAC (Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários) com os projetos de Extensão Universitária Crítica. A estes, e aos grupos de discussão sobre a extensão, é oferecido uma sala de estudos, situada no Ciclo Básico (prédio institucional da Unicamp). A sala é denominada pelos projetos de extensão como: “A salinha da Extensão”.

Nas palavras de Jefersson Vasques ( militante do movimento SUBA):

*... mas realmente a "salinha " só servia pra depósito de materiais, pois era um corredor de 1,5m de largura por uns 8 a 10 de comprimento... não servia como sala... era usada pelos funcionários do ciclo básico para guardar material velho, inutilizado ou de limpeza... inclusive a reitoria não mexeu um palha pra ajudar com o espaço... foram os estudantes que tiveram que tirar tudo de velho e encaixado de lá... (Entrevista realizada em 2006, com o militante Jefersson Vasques, do movimento SUBA).*



Na concepção do Movimento SUBA, esta parca medida institucional não possui objetivos de qualificar as ações extensionistas dos estudantes. Nem mesmo legitimar as metodologias de conhecimento praticadas pelos projetos, baseadas no pensamento de Paulo Freire; logicamente este era o interesse dos estudantes e professores envolvidos com a "Salinha de Extensão". Os reais motivos da PREAC, com a concessão da sala, podem ser entendidos como forma de abafar um movimento de transformação do pensamento científico e da postura política da universidade frente à execução do seu real compromisso social: estar na construção conjunta, comunidade e universidade, de uma sociedade plena em desenvolvimento científico e justiça social.



Entre o final de 2002 e começo de 2003, os estudantes realizaram dois seminários e um congresso de extensão, a partir dos quais, fomentam-se a criação de novos projetos e uma ampla discussão entorno da comunidade estudantil sobre as diferentes concepções de extensão universitária realizadas na Unicamp. A PREAC é convidada para o Congresso, a qual se compromete em apoiar financeiramente os projetos de extensão. O apoio é aprovado no CONSU (Conselho Universitário), porém os recursos não são repassados aos projetos. (Anexos 05: Cadernos de textos para os seminários de extensão).

Nas palavras de Jefersson Vasques:

*...depois descobri que o prazo para enviar o orçamento já tinha vencido a muito tempo, isto é, a PREAC já havia mandado um pedido de orçamento e estava apenas brincando com a gente, enrolando, para dizer que nossos valores estaria sendo acrescidos aos valores da PREAC. Percebemos ali como fomos usados ao longo de todo o tempo de negociação com a pró-reitoria sobre o orçamento (período longo!)... é a partir desse acontecimento que vai se construindo a radicalidade necessária para a ocupação do SUBA! (Idem, 2006).*



Na concepção do Movimento SUBA, esta recusa dos recursos aos projetos de extensão é uma tática da Pró-reitoria para adquirir um repasse maior de financiamentos para a PREAC, via os projetos de extensão universitária crítica, com intuito de serem aplicados em outros fins, mais adequados à política de extensão predominante na Universidade.



Segundo o que podemos compreender, desde sua criação, a Unicamp tem se preocupado em desenvolver uma política de estreitamento de laços com empresas privadas da região de Campinas, pretendendo se tornar visível perante a sua capacidade técnica.

A ênfase às atividades de extensão, colocadas pela Universidade e sociedade se intensificam com o passar dos anos. Várias concepções de extensão são construídas, segundo o interesse político de cada grupo espalhado no interior da universidade. A política das reitorias e pró-reitorias de extensão, claramente coloca, o desenvolvimento da tecnologia como norte para suas atividades, porém uma tecnologia comprometida com os setores privados da sociedade.

Como podemos perceber, por exemplo, na carta programa do Ex-Reitor da universidade, na época da conjuntura política do Movimento SUBA, em 2002-2004:

*A Unicamp tem tido um grande impacto no país através da geração de empresas baseadas em alta tecnologia, a maior parte delas instaladas na região de Campinas. Há belos exemplos na área de comunicação óptica, lasers, eletrônicas, alimentos, informática, biologia, química e, muitas outras. É preciso que a Unicamp seja reconhecida por estas realizações que são alguns dos seus importantes resultados com visibilidade para a opinião pública. (Carta programa: Bons tempos para a Unicamp. Brito Reitor, Vice Tadeu, p.40. 2002).*

Esta visão política da Universidade submete à extensão universitária o regime político de terceiro setor, o qual se concretiza na prática, através do oferecimento de

cursos pagos para atração de recursos extra-orçamentários à universidade. Estes cursos possuem uma visão pedagógica assistencialista, sendo conduzidos por uma prática de aprendizagem hierárquica, sem a pretensão de construir um novo conhecimento, resultante do confronto entre os saberes de diferentes comunidades.

Ademais, estes cursos pagos são de alto-custo, não destinados à população de baixa renda.

Os projetos de extensão empreendedores, que almejam certo lucro, como as empresas juniores, recebem o apoio financeiro da Unicamp, o que não é conseguido pelos projetos de extensão universitária crítica, pois com uma proposta educativa transformadora, tanto para a base do paradigma científico, como para estrutura da sociedade, estão na contramão da política adota pela reitoria da universidade.

No ano de 2003, como dito anteriormente, os projetos se reúnem entorno do Movimento SUBA e buscam para si um princípio comum regente às suas ações de extensão e, idiossincrático aos projetos de Extensão Universitária Crítica, a saber: uma ação educativa e uma ciência livre das pressões do mercado e dos preconceitos enraizados no pensamento científico tradicional, no qual há, explicitamente, uma superioridade do saber acadêmico sobre o saber popular.

### 1.3) Conjuntura atual do Movimento SUBA

A partir de 2003, pós-ocupação, o movimento SUBA começa a atuar no espaço concedido pela pró-reitoria de extensão.

Percebe-se daí, que o espaço concedido pela PREAC não era exatamente ao movimento SUBA e sim a qualquer projeto de extensão da Unicamp. Esta Pró-reitoria rotula-o como Sala de Apoio Aos Projetos de Extensão Comunitária.

Não se leva em consideração o princípio político do Movimento SUBA, sob o qual se agregaram específicos projetos de extensão.



Esta atitude de promover uma dicotomia no termo extensão, desmembrando-o em extensão universitária e extensão comunitária, na concepção do SUBA é uma forma de legitimar a deturpação do termo extensão universitária, para sustentar toda uma política neoliberal dentro da academia, fazendo da extensão uma fonte de captação de recursos extra orçamentário, como dito acima, através dos cursos pagos.



A própria PREAC, Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários trás em seu título a presença desta dicotomia.

Para os projetos de extensão Universitária Crítica, a extensão universitária é, por princípio, comunitária, pois se dá entre a comunidade científica e as comunidades periféricas da sociedade, não tendo por esta razão a necessidade de ser, redundantemente, chamada por Extensão Comunitária.

Com esta desconsideração aos fundamentos políticos do SUBA, o espaço conquistado através da luta deste Movimento histórico que apresentamos, tanto podia agregar os projetos de Extensão Universitária Crítica, como projetos de outras perspectivas de extensão universitária.



Na concepção do Movimento SUBA, muito contraditório, pois como demonstramos, o movimento vem a anos lutando pela institucionalização de sua prática na universidade, edificando uma proposta crítica para a extensão universitária. O usufruto deste espaço por antagônicas perspectivas de extensão, deslegitima as raízes do movimento que o conquistou.



De outro modo, as discussões na Sala de Apoio Aos Projetos de Extensão Comunitária confluíram à busca de um princípio comum às ações de extensão dos projetos que nela atuavam. De uma certa forma, esta heterogênea formação da “Sala”, composta por diferentes perspectivas de projetos e proposta de extensão e sociedade favoreceram para a criação de um amplo espaço de formação no campo da extensão.

Alguns momentos marcaram a história do Movimento SUBA dentro deste novo espaço institucional, no qual atuavam os projetos de extensão universitária crítica.

Várias tentativas do Movimento foram tomadas para dar continuidade as suas lutas político-pedagógicas dentro da universidade.

A tentativa da PREAC em transformar o espaço em mais uma hierárquica instituição da Unicamp, com a vinda de um professor coordenador, não durou muito tempo. De abril de 2004, a novembro do mesmo ano, o Prof. Nilo Sérgio Sabbião Rodrigues, da Faculdade de Alimentos da Unicamp, indicado pela PREAC, sem o debate com os integrantes do SUBA, tentou gerir o espaço.

Entretanto, a discordância política e filosófica entre o Prof. Coordenador e os integrantes do Movimento SUBA, quanto aos princípios da extensão e as formas de gestão do espaço, levaram-no a deixar o cargo, este inexistente até hoje na Sala de Apoio Aos Projetos de Extensão Comunitária.

O Movimento SUBA e os projetos que se vinculam a ele praticam a autogestão em suas ações, não articulam suas deliberações sob aval de um professor coordenador, nem por isso deixa de ter um professor ou mais, participando do projeto. No interior dos Projetos de Extensão Universitária Crítica e no SUBA, todos são integrantes com a mesma condição de poder, tendo as decisões tomadas por consenso, no coletivo.

Mesmo com divergências, dentre esta mesma época, a Sala de Apoio aos Projetos de Extensão Comunitária realizou o Dia da organização, uma tática para agregar novos integrantes participativos à Extensão, junto a este espaço e ao SUBA<sup>5</sup>. O Dia da organização visava a construção de uma semana de atividades de extensão, a qual daria à comunidade científica visibilidade aos projetos de extensão universitária. (Anexo 06: Carta convite para “O Dia da Organização”).

Enfim, a luta do Movimento SUBA, atuando dentro da Sala de Apoio Aos Projetos de Extensão Comunitária, é de suma importância, aja visto que, a institucionalização dos Projetos de Extensão Universitária Crítica não está completamente realizada, pelo contrário, ainda falta muito a se fazer. Apenas a concessão de uma sala com o mínimo de infra-estrutura básica, com computadores, vídeos, câmeras, arquivos, conquistada por este Movimento não supre as necessidades destes projetos de extensão universitária.

---

<sup>5</sup> Tem de estar esclarecido que a “Sala de Apoio aos Projetos de Extensão Comunitária” não é o Movimento SUBA, este integra aquela através dos projetos de extensão universitária crítica.

A própria natureza da Extensão Crítica os impõe demandas essenciais por transportes de idas a campo, materiais didáticos específicos e promoção do debate sobre a importância da extensão universitária. Seus integrantes carecem de tempo para disporem nestas atividades, já que os créditos curriculares atribuídos às atividades de pesquisa e ensino, à extensão, na Unicamp, não são institucionalizados, deixando de fora a possibilidade, principalmente dos estudantes de graduação, em sua imensa maioria, de entrarem em contato com a riqueza acadêmica destas atividades de extensão universitária.

Segundo o Plano nacional de Extensão, do qual a Unicamp é signatária:

*O estágio curricular é alçado como um dos instrumentos que viabilizam a extensão enquanto momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo ser obrigatório para todos os cursos, desde o primeiro semestre, se possível e estar integrado a projetos decorrentes dos departamentos e à temática curricular, sendo computado para a integralização do currículo de docentes e discentes.(FORUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESU / MEC. 2000/ 2001. P. 06).*

A extensão universitária dos projetos vinculados ao Movimento SUBA, rotulados pela PREAC como projetos de extensão comunitária, tem estes princípios como fundamento de suas ações e por isso se enquadram como atividades de extensão universitária. Somado a isto, entendem que esta dicotomia do termo extensão visa a não concretização do verdadeiro sentido da extensão universitária: concretização de uma prática acadêmica transformadora e de uma sociedade justa e igualitária.

Em última instância pretendemos nos diferenciar enquanto Projetos de Extensão Universitária Crítica, forçando, através de nossas práticas “político-pedagógicas”, uma atuação coerente da UNICAMP, ao verdadeiro sentido da extensão universitária.

♣ este símbolo compreende a concepção do Movimento SUBA sobre o tema em questão.

## Capítulo II

### Projeto *Trilharestórias* e a ação educativa Transformadora

Para este segundo capítulo da monografia, temos como objetivo principal aproximar os leitores dos conteúdos e formas de organização interna de um projeto de extensão universitária crítica. Para tanto, reservamos uma descrição detalhada do projeto *Trilharestórias*, organizada em cinco tópicos elucidativos, a saber: sua dimensão ontológica, político-pedagógica, metodológica, seus objetivos e campo de atuação. Na visão do autor, a escolha destes tópicos expressam o compromisso do projeto com a perspectiva crítica da extensão universitária, a este conferindo uma ação de caráter transformador, no campo da educação. Nossa análise encontra, em especial, a pesquisa participante como teoria fundamental, que legitima a estrutura educacional do *Trilharestórias* e, vice-versa.

#### 2.1) O que é o projeto *Trilharestórias*

O Projeto *Trilharestórias* é um dos projetos de extensão universitária crítica, apontado no primeiro capítulo desta monografia. Suas raízes filosóficas estão compreendidas dentro do que propusemos à Extensão Crítica.

O *Trilharestórias*, ao longo de seu histórico<sup>6</sup>, foi modificando sua postura política e suas concepções metodológicas frente sua atuação enquanto projeto de extensão universitária. Porém, mantendo sua prática de promover vivências educativas em comunidades marginalizadas social e economicamente.

---

<sup>6</sup> Ver Histórico do *Trilharestórias* em: SANTOS, C. Carolina. *Trilhando Outros Caminhos*. Monografia – graduação - UNICAMP, 2005).

Nos dias de hoje, o Trilhares, como também pode ser chamado este projeto, agregou à sua prática, o princípio de desenvolver projetos educativos emancipatórios em movimentos sociais.

As vivências educativas promovidas pelo projeto buscam estimular a construção conjunta, *Trilharestórias* e movimento social de um novo projeto educativo, que emancipe os processos educacionais deste movimento ou comunidade.

Nesta trajetória, o *Trilharestórias* conseguiu conceituar uma práxis transformadora à sua ação educativa. Propôs, junto aos movimentos sociais e comunidades com quem atuou, uma busca autônoma para o desenvolvimento de relações educacionais concernentes às realidades de cada movimento social e comunidade.

Esta práxis transformadora se sustenta por uma base política fundamental: a extensão universitária crítica, da qual discorreremos inicialmente.

Consequentemente, as metodologias e objetivos estabelecidos pelo projeto são desmembramentos desta política fundamental e que, de modo geral, engendram ações educativas autogestionadas, de caráter emancipatório, entre integrantes do próprio *Trilharestórias*, crianças e adolescentes, educadoras e educadores dos movimentos populares.

Ao longo de seu percurso, estas metodologias e objetivos receberam influências políticas e valores pedagógicos de outros projetos de extensão universitária, como, por exemplo, os do projeto Piá, localizado na cidade de São Paulo, que atua também com populações marginalizadas. É a partir do encontro com o Piá, que o conceito de autogestão pôde ser afirmado no *Trilharestórias*, do qual compartilhamos agora nesta citação:

*A autogestão tem como pressuposto que cada sujeito se identifique no processo coletivo de auto-organização, auto-regulação. Assim os princípios individuais identificam-se ao respeito a si, a seus desejos, a implicação no processo de concepção, decisão e atuação, mas também à escuta do outro, ao desejo do outro, aos tempos, implicações e necessidades do outro. (Caderno de revista Piá Piou, número dois, setembro de 2005).*

## 2.2) Planejamento político-pedagógico

Para que fique claro, a metodologia do projeto *Trilharestórias* se inicia pela busca de um movimento social ou comunidade que tenha preceitos políticos semelhantes ao do projeto, que queira com este se integrar, a fim de formar um novo projeto educativo. Com estas duas partes já imbricadas, dão-se início ao planejamento pedagógico.

O conceito de participação contido no livro “Pesquisa Participante”, organizado por Carlos Rodrigues Brandão, mesmo se referindo ao processo de pesquisa, fundamenta o processo de elaboração do planejamento de um projeto de extensão universitária crítica, uma vez que, este, visa estabelecer um compromisso político com a comunidade:

*A participação não envolve uma atitude de cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classes, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir (BRANDÃO, 1981, p.12).*

Segundo o conhecimento apreendido pelo Trilhares, este planejamento pedagógico, fundamentado nos princípios da extensão universitária crítica e no conceito de pesquisa participante, não pode ser determinado apenas por uma das partes do novo projeto que se forma. Fato que freqüentemente acontece quando a soberba do conhecimento científico age sobre o popular, ocasionando a elaboração unilateral, por parte dos estudantes universitários, deste planejamento.

Para o *Trilharestórias*, os propósitos educativos contidos no planejamento político-pedagógico serão desenvolvidos no interior dos movimentos sociais, por seus próprios representantes, de modo que este planejamento deva ser construído apenas em potencial pelo projeto de extensão universitária, com uma mínima indagação hipotética sobre as relações e interesses do grupo a se interagir.

Somente após o contato direto com a realidade dos sujeitos das comunidades e movimentos sociais, em suas relações sociais, com os elementos culturais dos grupos destes sujeitos: seus anseios e sonhos, necessidades educativas e concepções de mundo, é que poderemos determinar e concluir o planejamento em conjunto, *Trilharestórias* e

grupo de educação do movimento social. Desta forma, garantindo desde início a participação de todos e o sentido social dos pressupostos políticos, pedagógicos e sociais deste processo educativo para a comunidade.

Esta prática dá possibilidades para se levantar e concretizar os objetivos coletivamente.

A autonomia educativa das educadoras e educadores da comunidade, em formular os próprios objetivos do novo projeto, dá consciência a estes participantes do processo de objetivação e, com isso, maiores chances de realização dos objetivos propostos. Ao contrário de um planejamento determinado por terceiros, distantes dos problemas e possibilidades reais do movimento social ou comunidade.

Assim, quando o *Trilharestórias* decide realizar um planejamento político-pedagógico, no que tange ao conteúdo, este realiza em conjunto com o grupo interagido.

De outra forma, podemos dizer que o *Trilharestórias* promove espaços educativos, nos quais ambas as partes (projeto Trilhares e o grupo interagido<sup>7</sup>) refletem juntos, através de atividades estéticas e diálogos verbais, quais serão os conteúdos a serem desenvolvidos no decorrer das atividades do semestre, por exemplo, sempre levando em conta a realidade da comunidade e o compromisso político do *Trilharestórias* e do grupo interagido.

Geralmente este conteúdo é expresso por um tema base, do qual se desmembrarão sub-temas, dando consistência às atividades. Estas, portanto, reflexos da interface do contexto social e tema base: “*É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação*”.

(BRANDÃO, 1981, p.20).

### 2.3) Arte e educação: pressupostos metodológicos

Segundo Boaventura Sousa e Santos, o Estado e o mercado são instituições regularizadas por uma racionalidade instrumental técnico-científico da ciência moderna. Porém, a comunidade, por ser, em essência incompleta e aberta, resiste a este processo de racionalização.

O instrumental estético-expressivo, segundo SANTOS, 1991, mostra-se como ferramenta adequada no trato com este tipo de comunidade aberta, por ser também um instrumental resistente ao processo de racionalização.

O *Trilharestórias*, ao longo de sua prática desenvolveu metodologias capazes de fomentar esta interação artística com os sujeitos de movimentos sociais e comunidades marginalizadas socialmente, a partir de atividades que interpolassem diálogos verbais com expressões estéticas: “*Em meu entender, as representações que a modernidade deixou até agora mais inacabadas e abertas são, no domínio da regulação, o princípio da comunidade e, no domínio da emancipação, a racionalidade estético-expressiva*” (SANTOS, 1991, p.75).

Como podemos perceber no relatório de estágio de educação não-formal / Unicamp, de Carolina Silva Costa sobre seu trabalho de Campo no Trilharestórias, escrito em 2005, as dinâmicas promovidas pelo projeto constituem-se de aspectos artísticos, lúdicos e verbais, como: “*A formação da roda de diálogo, o cantar de músicas conhecidas, a contação de histórias, as brincadeiras e jogos interativos*”.

Somada a estas atividades citadas acima, estão presentes atividades que englobam a dança, o fazer de desenhos, esculturas, instrumentos musicais e outras atividades artísticas específicas ao contexto de cada movimento social ou comunidade.

Assim, podemos inferir que é em uma atividade de desenhos temáticos, por exemplo, que as crianças conseguem expressar suas necessidades e anseios educativos, os quais são sistematizados através dos estudantes, conferindo “a cara das crianças” ao processo educativo como um todo.

Se as crianças pintaram uma dança é porque querem dançar, se elas pintaram um campo de futebol é porque querem jogar bola.

---

<sup>7</sup> Outro termo utilizado para designar o grupo educativo da comunidade externa ou movimento social envolvidos com as atividades de extensão.

Logicamente, estes desenhos, no caso são postos em debate verbal, nos espaços da roda educativa, para se certificar do real interesse no desenvolvimento de tais elementos educativos.

É a partir destes aspectos metodológicos, fundidos às linguagens artísticas, que o projeto Trilhares consegue, tanto trocar os diálogos preliminares para formulação do planejamento político-pedagógico, quanto desenvolver as próprias atividades previstas pelo novo projeto educativo emancipatório, que se forma entre os agentes da extensão.

#### **2.4) Quanto aos Objetivos**

Ao longo de seu processo histórico, o projeto Trilharestórias teve, assim como um aperfeiçoamento de suas bases filosóficas, objetivos que se complementaram.

Um objetivo mais geral do projeto seria a promoção de situações educativas, pedagógicas, entre crianças e adolescentes, e as próprias educadoras e educadores do movimento social ou comunidade com a qual o Trilhares interage. As situações educativas são relações sistematizadas e espontâneas que acontecem entre estes sujeitos, em um contexto específico, em um espaço determinado. (Anexo 07: relato de oficinas de formação para educadoras (os) do MST).

O objetivo último do *Trilharestórias*, enquanto projeto de extensão universitária crítica, é formar espaços educativos autogestionados, no interior de movimentos sociais, espaços estes geralmente denominados pelo MST (Movimento Dos Trabalhadores Sem Terra) de Cirandas, capazes de promover uma educação não substituta à escola, porém que se emancipe a ela no que diz respeito aos seus significados e sentidos às crianças e adolescentes, participantes de um contexto específico de luta e transformação política<sup>8</sup>: “*agente quer que as crianças construam a Ciranda por elas mesmas,...agente esta lá, para que um dia agente não( mais) esteja*”. (Entrevista realizada com a arte-educadora Silmara, integrante do projeto *Trilharestórias*, setembro de 2006).

---

<sup>8</sup> O caráter destes movimentos sociais é de transformação política, com isso, trazendo uma identidade de luta, também para as crianças e adolescentes que deles participam. Ver em: COSTA, S. Carolina: trilhando outros caminhos, as questões da identidade dos Sem Terrinhas do MST.

O projeto Trilhares, objetiva em específico, a promoção de atividades artísticas, político-pedagógicas, capazes de trazer aos sujeitos da ação educativa, a tomada de consciência de sua própria realidade e desenvolver um conhecimento que diz respeito ao seu meio social.

Como propõe o texto do Instituto IDAC (1991) e afirma o projeto Trilhares, a finalidade da ação educativa é construir um novo conhecimento junto a um grupo específico de um movimento social, que dê a este, consciência de sua realidade e seja capaz de auxiliá-lo na transformação de suas relações sociais, modificando e potencializando sua cultura.

## **2.5) Campo de Atuação**

Para definirmos o campo de atuação do projeto Trilharestórias, no qual interagimos e construímos a ação pedagógica, podemos utilizar o conceito de movimento social desenvolvido no mesmo texto do IDAC: “... *movimentos sociais que, ao tentarem se reapropriar de sua identidade e autonomia questionam o modo de organização social dominante e inventam novos contextos de vida, de trabalho e de produção de conhecimento*” (BRANDÃO, 1981, p. 21).

Com esta reflexão de fundo, o projeto Trilhares estabeleceu, ao longo de seu histórico, contatos com dois movimentos sociais brasileiros: o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e o MST (Movimento Dos Trabalhadores Sem Terra). Com o MTST, travamos uma experiência educativa com o acampamento “Chico Mendes”. Com este movimento em particular, não conseguimos estabelecer uma relação de compromisso constante, por dificuldades de transportes; não tivemos o apoio da Unicamp para nos deslocarmos até esta comunidade, localizada em Taboão da Serra, grande São Paulo.

Portanto, estabelecemos com o MTST atividades de vivências mútuas de educação popular, nas quais apreendemos com os acampados Sem Teto práticas de organização de cirandas infantis, em acampamentos urbanos, trocando assim nosso conhecimento sobre ações educativas em áreas rurais. (Anexos 08: vivências do Trilhares com o MTST, em forma de relatos de experiência e fotos, elaborados por integrantes do projeto Trilharestórias).

Outro movimento social de atuação do projeto Trilhares é o MST. Com este movimento em específico o projeto conseguiu realizar um compromisso constante de um ano de trabalho, realizando com sucesso o planejamento político-pedagógico estabelecido com o grupo de educadores e educadoras do acampamento do MST da cidade de ITU, denominado: Terra Sem Males<sup>9</sup>.

No ano de 2006 o projeto *Trilharestórias* tomou a decisão de formar um novo projeto educativo emancipatório com o pré-assentamento<sup>10</sup> do MST, “Milton Santos”, localizado em Americana, na região metropolitana de Campinas. O pré-assentamento está localizado no centro de uma plantação de cana-de-açúcar, fazendo limite com as áreas de terra da Usina Ester (refinaria de álcool combustível).

Podemos compreender, a partir desta localização, a composição do quadro de atores sociais que envolvem a vida dos pré-assentados do “Milton Santos”, a saber, os cortadores de cana, os trabalhadores da refinaria, os agentes do próprio MST que articulam o Movimento no pré-assentamento, os sindicatos dos trabalhadores rurais e urbano, que eventualmente estabelecem contato com o local, os educandos e educandas da escola formal de Americana, na qual os Sem Terrinhas freqüentam as aulas regulares da escola pública, os próprios moradores do pré-assentamento e os educadores e educadoras do projeto *Trilharestórias*: “... em volta deles há uma USINA, então eles têm relação, tanto com os proprietários, tanto com os proletários, quanto com os agricultores, pequenos agricultores, com os socialistas! (Entrevista realizada com a arte-educadora Silmara, integrante do Projeto *Trilharestórias*, em Setembro de 2006, para disciplina de educação não formal / Unicamp)”.

Do ponto de vista estrutural, o pré-assentamento é constituído por barracos de pau e lona, os barracos são localizados em brigadas de organização, representadas geralmente por nomes de revolucionários da história brasileira. Hoje se assentam em torno de cem famílias em todo pré-assentamento. Não há rede de esgoto e neste caso particular do Milton Santos, não há construção de fossas para os banheiros, estes são banheiros químicos, cedido pela prefeitura de Americana. A água fornecida aos pré-assentados advém de um poço artesiano e, a luz elétrica, dois pontos de luz apenas, é

---

<sup>9</sup> Referências deste trabalho do *Trilharestórias* são encontradas em: Carolina Costa e Silva: *Trilhando Outros Caminhos*. Monografia – graduação, Unicamp, 2005.

<sup>10</sup> Um assentamento ainda não regularizado enquanto o número de famílias que o compõem e sua precária formação estrutural.

sustentada por gerador a gasolina. Há uma divisão da superestrutura por setores: setor de educação, produção, saúde, etc.

No que tange á educação, do ponto de vista geral do MST, para as crianças e adolescentes são construídas as chamadas Cirandas, como referimos acima, nas quais são desenvolvidas o projeto educativo dos assentamentos, pré-assentamentos e acampamentos. No caso específico do Milton Santos, ainda esta Ciranda não foi construída. (Anexos 09: relatos de ida a campo, Projeto *Trilharestórias* e Pré-assentamento Milton Santos).

## **Capítulo III**

### **Extensão para um novo conhecimento**

Este terceiro capítulo trás como finalidade, ao campo da pesquisa científica e ação educativa, uma reflexão crítica sobre os fundamentos teóricos dos projetos de extensão universitária crítica. Objetivamos apontar uma visão emancipatória, quanto a teoria do conhecimento, à relação entre sujeito e objeto, traçando um paralelo epistêmico entre os pensamentos dos três principais autores de nossa bibliografia. Para tanto, dividimos o capítulo em três tópicos básicos, apontando no primeiro momento o princípio fundamental da extensão universitária crítica e seu encadeamento ético. Em seguida, discutindo as conseqüências da concretização deste princípio e ética para a formação do estudante universitário. E, por fim, um ensaio sobre os pressupostos gnosiológicos da extensão universitária crítica, apontando as bases do novo paradigma à construção de um novo conhecimento científico.

### 3.1) Princípio fundamental

Para iniciarmos este capítulo, referente aos fundamentos da extensão universitária crítica, traremos as reflexões do artigo: Pesquisa Social e Ação Educativa: Conhecer a realidade para poder transformá-la, elaborado pelo IDAC (Instituto de Ação Cultural), assim como os pensamentos de Paulo Freire, precisamente sobre a incompletude do ser humano e de sua cultura, para evidenciar aquilo que podemos denominar como ponto de partida de um projeto de extensão universitária, como o *Trilharestórias*.

Para Paulo freire, (1981) o princípio do inacabamento fundamenta uma ação ética. Conscientes de nossa incompletude, em todos os campos do conhecimento, nos tornamos seres ativos no respeito às diferenças, sejam estas entre heterossexuais e homossexuais, educadores e educandos, entre mulheres e homens e, por que não, entre os conhecimentos científicos e os populares. O princípio da autonomia nos inspira a buscar junto ao diferente, a legitimidade deste enquanto sujeito de identidade e conhecimentos.

Segundo FREIRE, (1996), a tomada de consciência de nossa incompletude, enquanto seres humanos, nos impulsiona a buscar a educação.

O ponto de partida do *Trilharestórias* é nossa eminente aspiração por aprender.

A liberdade e a necessidade do discernimento nos inspiram a uma formação ética.

Nossa consciência de mundo e nossa formação ética não nos permitem encarar fatos históricos como fatalidades. Deste modo, inseridos no mundo e com este, buscamos a superação de nossa inconclusão. A curiosidade nos desperta ao conhecimento, curiosidade despertada por nossa interação com o mundo.

A compreensão de nossa incompletude se amplia a inconclusão de nosso próprio conhecimento científico. Por isto que, para conseguirmos uma transformação social, do ponto de vista da extensão universitária, almejamos um projeto que vise à construção de um conhecimento novo, resultante da interação, por exemplo, entre o projeto *Trilharestórias* e o grupo social interagido: “*Pensamos que a finalidade de qualquer ação educativa deva ser a produção de novos conhecimentos que aumentem a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos*” (BRANDÃO, 1981, p.19).

Quando falamos do compromisso social e político para transformação da realidade, estamos adotando uma perspectiva científica da pesquisa/ação, que preconiza uma interação compromissada, por exemplo, entre educadores e educadoras de um projeto de extensão universitária com a realidade social em que se pretende construir uma relação de educação.

No caso do projeto *Trilharestórias* esta interação é realizada com núcleos educativos de base, em movimentos sociais e comunidades marginalizadas socialmente. Como descrito no capítulo segundo, o compromisso político desta interface se aprimora de acordo com o desenvolvimento dos temas escolhidos para o desenvolvimento das atividades, estas, referentes às necessidades concretas das comunidades.

De qualquer forma, é a partir da consciência da realidade em que estamos nos inserindo e da necessidade de construirmos um conhecimento emancipatório, compromissado e articulado com os atores sociais envolvidos, que se instaura uma nova visão pedagógica ao projeto educativo. Com um conteúdo político, este projeto passa a ter uma identidade político-pedagógica.

Por isto, entendemos que as atividades de extensão universitária crítica, preocupadas com a educação do estudante universitário e a transformação social do país, só podem ocorrer fora da academia, em uma relação de compromisso social e político com a comunidade interagida.

### **3.2) Formação para o estudante**

Para o projeto *Trilharestórias*, a universidade não promove, dentro de seu currículo, todas as relações necessárias para a formação dos estudantes universitários. Por mais que a Unicamp defenda uma articulação, em teoria, entre ensino, pesquisa e extensão, na prática isto não acontece. Para que esta articulação seja efetiva, faz-se necessário à promoção de vivências educativas com as diversas comunidades externas à universidade, ações estas promovidas por projetos de extensão universitária crítica, na grande maioria das vezes, às margens dos currículos formais da instituição.

Segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária de 2001, estas transformações de ordem acadêmica e social viriam através das atividades de extensão universitária:

*... a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.*(FORUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESU / MEC. 2001/2002, P. 04).

Enquanto o estudante universitário participante do projeto *Trilharestórias* está inserido em um movimento social, articulando neste, um projeto educativo emancipatório, está vivenciando experiências imprescindíveis de formação humana e social, complementando sua formação acadêmica. É justamente no campo dos acontecimentos reais, práticos, que este estudante universitário pode legitimar, fruir e contestar o conhecimento e as teorias estudadas na universidade.

É dialogando, se relacionando com o grupo social oprimido e ao mesmo tempo libertador, caráter do movimento social, que o estudante amplia e dá sentidos às teorias acadêmicas, confrontando-as com os saberes práticos populares.

Desta forma, um saber complementa o outro, e se cria um novo conhecimento, resultado do confronto dialético entre os saberes acadêmicos e os saberes práticos dos movimentos sociais e das comunidades.

Esta síntese dialética, fruto de um confronto real, evidencia um conhecimento mais eficaz à transformação daquela realidade. Este pode ser utilizado com propriedade pelos próprios atores do movimento social, autônomos na criação deste conhecimento e conscientes do processo educativo que lhe deu origem. A este conhecimento é conferido um sentido de mudança às relações sócio-políticas, pedagógicas e culturais da comunidade.

Este processo de construção do novo conhecimento também é experimentado no que diz respeito às questões internas dos projetos de extensão universitária crítica. A ausência de valores hierárquicos e a presença de valores éticos e políticos, como a igualdade de direitos e deveres, engendram as formas de organização interna dos

projetos. A autogestão é uma destas, na qual os estudantes aprendem, através da vivências, organizar as próprias ações de extensão universitária, tais como: elaboração de projetos, articulação com as reitorias universitárias e movimentos sociais, escolha de bibliografias para formação de grupos de estudos, avaliação do projeto e participação no movimento estudantil.

Enfim, os estudantes aprendem a somar experiências, saberes e conhecimentos dos próprios participantes dos projetos, para, por exemplo, organizarem as ações de extensão do *Trilharestórias*. Os projetos de extensão universitária crítica são compostos por estudantes de distintos campos do conhecimento: artes plásticas, pedagogia, ciências sociais, física, oferecendo, a partir disto, uma experiência transdisciplinar do conhecimento à organização destas ações, fato que contribui, fundamentalmente, para a formação integral do estudante universitário.

### **3.3) Paralelo Epistêmico**

Como pudemos acompanhar no decorrer desta monografia, nos debruçamos, desde início, a estudar e entender três autores principais, a saber, Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão e Boaventura de Sousa Santos. Para nossa satisfação, pudemos compreender e traçar um paralelo epistemológico, complementar entre os pensamentos destes três autores.

Para demonstrar este paralelo epistêmico, complementar, selecionamos alguns pressupostos teóricos fulcrais que direcionam o olhar científico da ação educativa no campo da extensão universitária crítica. Pressupostos estes que modificam as bases do pensamento científico para o nosso tempo.

Para SANTOS, (2001), uma sobreposição do conhecimento emancipação ao conhecimento regulação deve ser feita de forma radical. Este mesmo autor estabelece o conhecimento regulação a partir de dois pressupostos chaves: colonialismo e ordem. Por colonialismo podemos entender a desconsideração dos saberes constituído por grupos culturais sul-americanos, interpretados pelo conhecimento moderno, como detentores do caos. O caos tem de ser regulado e por isto deve ser negado enquanto conhecimento.

Deste modo, o modelo científico da modernidade é o grande julgador do que pode, ou não, ser configurado como conhecimento.

Se remontarmos os pressupostos filosóficos da extensão universitária crítica, iremos perceber que, justamente a valorização dos saberes não científicos, a partir da troca de saberes entre as comunidades, visando uma construção coletiva do conhecimento, constitui-se como princípio condutor das atividades de extensão.

Assim, jamais poderemos usar uma base epistêmica do pensamento moderno, criticada por Boaventura Sousa Santos como “Conhecimento-regulação” para fundamentar as ações da extensão universitária crítica.

Em contraposição a este conhecimento, SANTOS, (2001), nos propõe o conhecimento emancipação, erguido sob os pilares do caos e da solidariedade.

Santos faz, nitidamente, uma interface com os conhecimentos da antropologia para edificar sua base científica. Deste modo, legitimando a aceitação do caos como conhecimento e convergindo para solidariedade a responsabilidade de aceitar os saberes existentes como conhecimentos. Para além, fundindo-os como forma válida à construção de um novo conhecimento científico.

A mesma relação intercultural que a antropologia nos sugeriu para pautar nossas relações sociais e humanas, Santos a preconiza como princípio epistemológico: “*Saber enquanto solidariedade visa substituir o (objeto-para-o-sujeito) pela reciprocidade entre sujeitos*” (SANTOS, 1996, p.83).

Em nossa interpretação, Paulo Freire trás legitimidade do uso da antropologia à construção do conhecimento científico, justamente no que dissemos anteriormente sobre o princípio da inconclusão. Sendo inconclusos, tornamo-nos ávidos a outros saberes para nos constituirmos enquanto sujeitos do conhecimento, no mundo da diversidade cultural e da diferença de classes.

As conseqüências deste novo olhar científico trás para ciência uma nova interpretação epistêmica sobre a relação entre sujeito e objeto.

Como dizem os três autores, nesta nova ótica epistemológica, não há mais sentido em uma relação entre sujeito-objeto. Passamos, por princípio, a sermos só sujeitos.

O objeto de conhecimento, comum aos sujeitos de diferentes comunidades e distintas raízes epistemológicas, é percebido, nesta perspectiva crítica e antropológica

da teoria do conhecimento, pelo olhar investigativo de uma ciência essencialmente coletiva: *“A relação gnosiológica, por isto mesmo, não encontra seu termo no objeto conhecido. Pela intersubjetividade, se estabelece a comunicação entre sujeitos a propósito do objeto”*. (FREIRE, 1986, p.65).

A inexistência da relação epistêmica entre sujeito e objeto nos dá a compreensão do objeto como uma extensão do sujeito, este que busca, em suma, o autoconhecimento.

Não há separação destes dois seres passíveis de conhecimento.

É percebendo a árvore que me conheço enquanto sujeito específico, eu sou sujeito porque a árvore é um outro sujeito, não um objeto.

A partir destes fundamentos filosóficos, introduzimos os pensamentos de Carlos Rodrigues Brandão, com o método da pesquisa/ação, que compreende em suas bases científicas esta reciprocidade entre os sujeitos.

Segundo BRANDÃO, (1981), não se constrói ciência isolando o sujeito pesquisador do objeto pesquisado, pois sendo o objeto a sociedade e o sujeito um ser social, ambos coexistem inseparavelmente.

Para Brandão a pesquisa participante é permeada pela ação educativa, compromissada com as necessidades concretas da comunidade ou movimento social. Esta ação educativa se constitui a partir de uma comunicação horizontal entre os sujeitos, sem uma distribuição hierárquica do saber. Os progenitores da ação educativa, no caso os pesquisadores/educadores da extensão universitária, não se opõem aos outros sujeitos como superiores e não estão, a estes, determinados a demonstrar posse alguma de verdades políticas ou científicas: *“A pesquisa como itinerário político-didático, não deve ser a oportunidade para o pesquisador fazer o seu discurso, impor suas idéias, conduzir o grupo a posição que ele estima correta”* (BRANDÃO, 1981, p.33).

Esta postura de pesquisador/educador participante, objetiva, como fim, propiciar uma sólida construção coletiva de um conhecimento novo e específico à realidade em que se encontram todos os agentes epistemológicos da extensão: sujeitos da comunidade e estudantes e pesquisadores dos projetos de extensão universitária crítica. Objetivo este que se inicia a partir de uma profunda e compromissada comunicação ética e política. *“A educação é comunicação, é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”* (FREIRE, 1977, p.69).

Enfim, há uma compreensão destes pensadores sobre a importância da subjetividade na composição das bases epistemológicas do novo conhecimento.

Carlos Rodrigues Brandão, ao criticar o método científico moderno, representando-o pelo positivismo, trás alguns critérios desta corrente científica para ilustrar sua crítica, obviamente não para afirmá-lo: “*não se deve misturar ciência com política, objetividade com emoção, racionalidade com impulsos éticos*” (BRANDÃO, 1981, p.23).

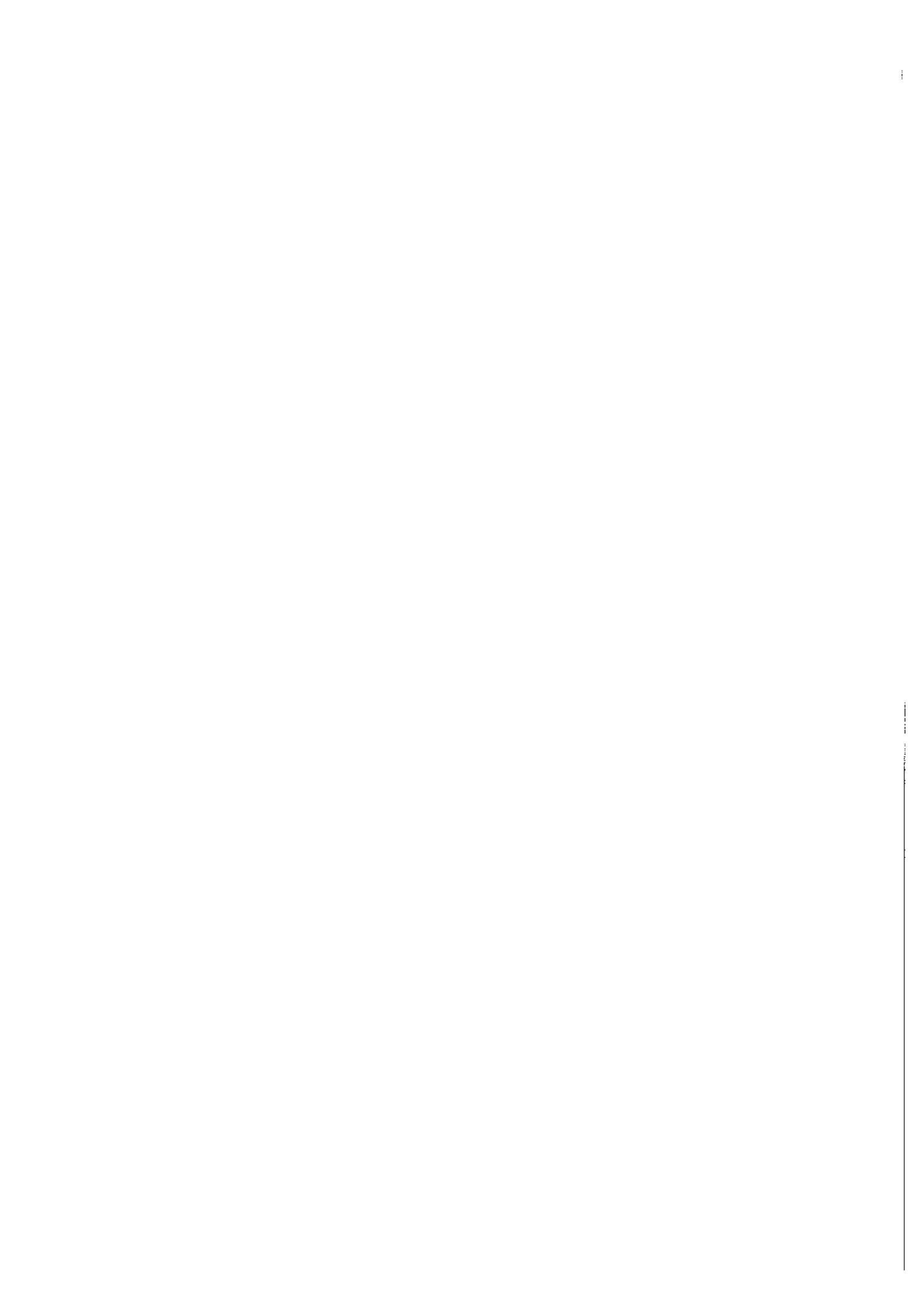
Com isso, a partir da negação do que seria o pensamento integro da construção científica, Brandão faz alusão a Boaventura Sousa e Santos:

*“As opções não assentam exclusivamente em idéias já que as idéias deixaram de ser desestabilizadoras no nosso tempo. Assentam igualmente em emoções, sentimentos e paixões que conferem aos conteúdos curriculares sentidos inesgotáveis”.* (SANTOS, 1996, p.18).

Ambos os pensadores convergem para a mesma compreensão de inacabamento e incompletude da realidade, encontrada no pensamento de Paulo Freire.

Com estas considerações encerramos este capítulo, conscientes da nova ótica paradigmática para o conhecimento científico.

Sem uma visão coletiva da ciência, compromissada com as classes populares e suas demandas sociais, esta continuará a legitimar o poder das classes dominantes, poder este instaurado pela sobreposição do conhecimento científico moderno sobre os demais saberes populares, mantendo com esta ilegítima sobreposição as desigualdades e situações de miséria social do país e mundo.



## Conclusão

Para iniciarmos esta conclusão, traremos a propósito a seguinte pergunta: os projetos de extensão universitária crítica são espaços que promovem ações educativas transformadora, tanto no que diz respeito às teorias e práticas de construção do conhecimento científico, como à questão da organização social?

Se levarmos em consideração nosso estudo sobre os projetos de extensão universitária crítica, considerando os princípios, metodologias e contextos que os constituem, podemos dizer com convicção que sim. Entretanto, para que esta resposta tenha o seu valor científico ampliado, teremos de levantar algumas outras condições determinantes.

A compreensão desta afirmativa se atrela a outro estudo científico, que julgamos necessário ser realizado para que, com mais clareza, possamos entender o porquê do sim, para a pergunta inicial. Este estudo sugestivo tomaria como base a seguinte questão: Quais práticas pedagógicas, no que diz respeito às organizações estudantis, emergiram a partir do advento histórico da teoria marxista no interior das universidades brasileiras?

Esta questão se atrela a uma constatação do movimento estudantil, sobre a estrutura curricular da Unicamp. Podemos perceber que esta estrutura curricular se compôs, historicamente, de atividades nas áreas de ensino e pesquisa, deixando de lado a extensão. Esta universidade teve, em suas origens, toda uma trajetória científico-tecnológica, fortemente ligada às pesquisas nas áreas das ciências naturais, custeadas pelas grandes empresas da região de Campinas, consolidando na Unicamp, ao longo de sua trajetória, tais atividades de pesquisa e ensino como condutoras de seu currículo acadêmico. Porém uma pesquisa pautada em métodos científicos que contemplavam, de forma mais geral, as ciências naturais, a partir do método positivista do conhecimento e dos interesses capitalistas do mercado.

Entretanto, entendemos que , acompanhado a este processo de mercantilização do ensino superior e da hegemonia do método positivista, tanto à ciência natural, como às ciências humanas, outras tendências da teoria do conhecimento foram consolidadas e

legitimadas no interior das universidades brasileiras, como por exemplo, o materialismo-histórico-dialético, que se atrela profundamente às questões das desigualdades sociais do país e mundo.

Este paralelo epistemológico entre a teoria marxista e a realidade concreta das desigualdades sociais modifica os métodos de ensino e pesquisa, abrindo portas para a valorização da extensão universitária como fonte do currículo acadêmico. É através da extensão universitária que o estudante universitário se coloca de frente com a realidade concreta de seu país e mundo, relacionando-se com esta, a partir do método científico dialético, com compromisso político de mudança social. Ao contrário, na ciência positivista, o distanciamento do pesquisador com a realidade observada, isola este mesmo estudante, dentro da academia.

As contradições no materialismo dialético são tratadas como base científica, ao contrário da ciência positivista, na qual a busca pelas leis naturais regentes da realidade se constitui como premissa fundamental.

Deste modo, supomos que as teorias marxistas engendram formas de organização estudantil de conteúdos revolucionários, como por exemplo, os projetos de extensão universitária crítica, na Unicamp. Movimentam-se, na estrutura educacional destes projetos, princípios político-pedagógicos como o da autogestão e emancipação. As ações dos projetos trazem como consequência, tanto às comunidades interagidas neste viés da extensão, como para o interior da própria universidade, estes mesmos princípios à reorganização política e científica da sociedade.

Com isso, ao remontarmos nosso estudo, perceberemos que o princípio fundamental de toda atividade de extensão universitária está no confronto dialético entre os saberes das comunidades e movimentos sociais e os saberes universitários, promovendo, a partir deste confronto, uma síntese dinâmica para um novo conhecimento científico. Como demonstramos ao longo dos capítulos desta monografia, este conhecimento tem um significado social peculiar a cada comunidade, atrelado às suas demandas específicas e, está profundamente permeado por uma relação humana de intersubjetividade.

Assim, aprofundar sobre esta questão da intersubjetividade é discorrer sobre o âmago das atividades do projeto *Trilharestórias*. Como os outros projetos de extensão universitária crítica, este âmago se encontra, a princípio, naquilo que não podemos

observar objetivamente, mas sim subjetivamente. Assim, acreditamos que quando os integrantes do *Trilharestórias*, sejam estes os estudantes ou participantes da comunidade ou movimento social interagido saem das vivências educativas promovidas pelo projeto, levam consigo os valores educacionais da autogestão, da emancipação política, da horizontalidade entre os saberes, do respeito mútuo ético e, principalmente, da utopia de um mundo novo, justo e solidário. Acreditamos que estas vivências educacionais são expandidas às relações integrais de seus participantes no interior de seu grupo social, familiar, sociedade e mundo.

Em particular, consideramos que as atividades estéticas do projeto *Trilharestórias* aproximam-nos deste âmago almejado. É justamente a partir das diferentes linguagens, em especial a artística, que podemos conferir uma educação plena, no interior deste novo projeto educativo que se forma com a comunidade. Os propósitos de emancipação política e educacional devem vir acoplados, em concomitância, aos espectros objetivos e subjetivos dos seres humanos, provocando uma relação de educação social e estética.

Em suma, o que conseguimos como resultados desta prática política é o desenvolvimento humano de todos os agentes da extensão universitária, não do ponto de vista estrito da psicologia, mas desta troca recíproca entre os conhecimentos completos, plenos de subjetividade e objetividade, que compõem a dimensão ontológica do ser humano.

Os conflitos de cultura, sociedade e história, que são postos também como fundamentais numa relação educativa de extensão universitária, promovem esta superação de classe social para “Uma Humanidade”. Não como forma de encontrar “natural” as desigualdades sociais e econômicas do povo brasileiro e mundo, mas como forma de, por nos reconhecermos enquanto seres humanos em construção, romper com estas desigualdades sociais em busca de um fim justo a todos.

Para finalizarmos, citamos um pensamento de Paulo Freire, inspirador, fundante dos projetos de extensão universitária crítica:

*“Saber que o ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção”.*  
(FREIRE, 1986-p. 47).

Este é o princípio básico que direciona nossas ações em projetos educativos emancipatórios.

## **Bibliografia**

BRANDÃO, R. C. **Pesquisa Participante**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GOHN, G. M. da G. **Educação Não-formal e Cultura Política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_, P. **Pedagogia do Oprimido**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

COSTA, S. C. **Trilhando outros caminhos**. Monografia-graduação, Unicamp, 2005.

\_\_\_\_\_, S. C. **Relatório de Estágio: Trilharestórias**. Disciplina de Educação Não-Formal - Unicamp, 2005.

SANTOS, AZEVEDO, SILVA, H. L. ( orgs.). **Novos Mapas Culturais, Novas Perspectivas Educacionais**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1996.

SANTOS, S. B. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, vol. 2001.

HARPER, B. **Cuidado Escola: desigualdades, domesticação e algumas saídas**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FORUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESU / MEC. **Plano Nacional de Extensão, 2000 / 2001**.

# ANEXOS



61

## Ministério Público do Trabalho apura situação de bolsistas trabalho

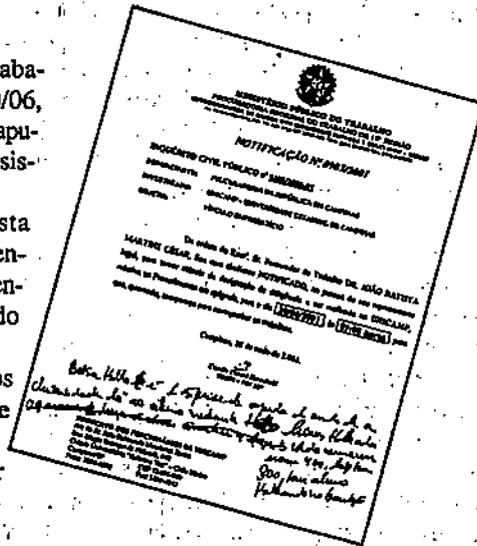
*A medida é resultado das denúncias feitas nos boletins do Sindicato*

O Ministério Público do Trabalho - MPT - realizou no dia 20/06, uma diligência na Unicamp para apurar o vínculo trabalhista dos bolsistas trabalho.

O procurador João Batista Martins César coletou depoimentos de quatro bolsistas trabalho, sendo que dois são do IB e dois do Restaurante II.

Agora o MPT vai solicitar os nomes de todos os bolsistas e marcar uma nova audiência.

A Unicamp tem que assumir um termo de ajustamento de conduta para evitar que programas como bolsa trabalho sejam desvirtuados para exploração de mão de obra



barata. Para que os bolsistas trabalho não sejam utiliza-

dos no lugar de funcionários.

Caso a universidade mantenha sua atual posição não restarão outras alternativas para o MPT a não ser ingressar com uma ação cível pública para que a Unicamp cumpra a lei.

A diligência foi acompanhada pelos diretores Celso Ribeiro e Adelina Fernandes.

O STU é contrário a mais essa forma de terceirização utilizada pela Unicamp.

Os estudantes também querem mudanças na bolsa trabalho. Eles querem que esta bolsa seja vinculada às suas atividades estudiantis e não para substituir trabalhadores em funções permanentes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
Coordenadoria de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos – CODIN

Assim, requer o Ministério Público do Trabalho, com fundamento no artigo 12, da Lei n. 7.347/85, a concessão de medida liminar para determinar, de imediato, que a ré:

- a) abstenha-se de contratar trabalhadores sem prévia aprovação em concurso público, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos II e IX do artigo 37 da Constituição da República, sob pena de responsabilidade;
- b) abstenha-se de realizar concurso interno, inclusive desvio de função de seus empregados;
- c) abstenha-se de utilizar estudantes bolsistas (estagiários) em atividades que devam ser desenvolvidas por seus próprios empregados, ou mesmo terceirizados, notadamente atendimento ao público e servir "bandejeões" no restaurante I, etc. (obrigação de não fazer);
- d) promova a adequação do sistema de bolsas à disciplina do estágio profissionalizante de nível médio e superior, na forma disciplinada pelo § 3º do art. 1º da Lei n. 6.494/77, propiciando aos estagiários/bolsistas a realização de atividades de extensão compatíveis com o currículo do curso freqüentado, bem como a complementação prática do ensino teórico ministrado nas escolas, tanto para os contratos de estágio em vigor, quanto para aqueles que sejam celebrados doravante;
- e) seja fixada multa diária de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por empregado encontrado em situação irregular, revertida ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, na hipótese de descumprimento da medida.

Em face da gravidade dos fatos, requer-se que a intimação da liminar seja feita pessoalmente ao Magnífico Sr. Reitor CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ.

**DO PEDIDO DEFINITIVO**

Diante dos fatos e argumentos expostos, requer o Ministério Público do Trabalho o acolhimento de todos os pedidos para:

1) que a ré seja condenada a:

- a) abster-se de contratar trabalhadores sem prévia aprovação em concurso público, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos II e IX do artigo 37 da Constituição Federal, sob pena de responsabilidade;
- b) abster-se de realizar concurso interno, inclusive desvio de função de seus empregados;
- c) abster-se de utilizar estudantes bolsistas (estagiários) em atividades que devam ser desenvolvidas por seus próprios empregados, ou mesmo

23/24

## APRESENTANDO

### *Projetos de extensão comunitária*

*Os interessados em integrar algum dos projetos podem obter maiores informações com os seus integrantes, com o DCE ([www.dceunicamp.hgp.ig.com.br](http://www.dceunicamp.hgp.ig.com.br)) ou com a Sala de Extensão ([salaextensao@yahoogrupos.com.br](mailto:salaextensao@yahoogrupos.com.br)).*

### **Cine-Clube D'Amora**

O Cine-Clube D'Amora tem como objetivo promover atividades culturais na Moradia relacionadas à exibição e debates de obras fundamentais do cinema. Com isso, buscamos incentivar o intercâmbio e a integração entre os próprios moradores da moradia, estimulando uma verdadeira vivência estudantil comunitária. Buscamos, também, incentivar o intercâmbio e a integração dos estudantes com os moradores dos bairros vizinhos fazendo com que o Cine D'Amora torne-se, para ambos, referência de cultura, lazer e reflexão. Além disso, os projetos educacionais da moradia podem utilizar o espaço do cine para a realização de atividades que necessitem de equipamento audiovisual para seu trabalho de formação.

### **Cio da Terra**

O Cio da Terra é um projeto de extensão desenvolvido por estudantes da Unicamp e da PUC-Campinas, pela comunidade do Assentamento rural de Sumaré II e por membros da comunidade externa recém-formados da Unicamp.

É um projeto educacional direcionado aos moradores locais que concluíram o ensino formal e desejam dar continuidade aos estudos, mas não possuem condições econômicas para tal. Desenvolve-se nas perspectivas de uma educação crítica e superadora das desigualdades sociais, pois em um país no qual a maioria dos jovens e adultos encontra-se alijados de seus direitos básicos, como trabalho, alimentação, saúde, educação, lazer e cultura, faz-se especialmente necessária a participação das universidades públicas para o enfrentamento e superação dessa realidade.

O local das atividades pedagógicas (aulas) é na própria escolinha do assentamento, diariamente. São ministradas aulas das disciplinas tradicionais, acrescido da matéria Arte.

O Cio da Terra foi gestado durante alguns meses de diálogo entre os moradores do assentamento e o grupo de extensão do DCE: Pulando a Cerca. Este diálogo se iniciou no final de 2001. A postura adotada foi a ação coletiva, ou seja, a construção de um projeto no qual os envolvidos sejam sujeitos responsáveis pelo seu andamento, sejam eles estudantes universitários, moradores do assentamento ou demais participantes.

### **Cursinho da Moradia**

A instituição cursinho surge devido à existência de um fosso que separa o ensino médio, especialmente o público, do ensino superior. Este fosso é qualitativo e quantitativo. Qualitativo porque grande parte da população não encontra no ensino médio condições adequadas para apreender, discutir e desenvolver o conhecimento para ingressar no ensino superior. É também quantitativo, dado o oferecimento de um número insuficiente de vagas, aliado a uma alta demanda de candidatos às universidades públicas. Mas, os cursinhos estão fora do alcance financeiro da imensa maioria dos jovens brasileiros.

Para atender a essa demanda, a própria sociedade organizada pôs-se em ação, criando os cursos pré-vestibulares populares ou alternativos. Mas os cursinhos alternativos se propõem não apenas como uma alternativa financeira para os jovens menos favorecidos economicamente. Esse tipo de projeto aponta, como um dos elementos norteadores de seu trabalho, a abertura de um espaço que possibilite ao indivíduo buscar a compreensão de sua própria condição social e de sua exclusão.

O objetivo do Cursinho Alternativo da Moradia Estudantil da Unicamp é propiciar, prioritariamente às pessoas desfavorecidas sócio-economicamente, a troca ativa de conhecimento, estimulando o senso crítico e o reconhecimento do indivíduo na sociedade e sua capacidade para transformá-la, quando necessário.

### **Mano a Mano**

Em 1997, uma antropóloga e uma arte-educadora uniram-se com o objetivo de trabalhar com as crianças e adolescentes que passavam a maior parte de seu tempo nas ruas de Campinas.

Como resultado desta primeira experiência, surgiu a necessidade da construção de uma pedagogia específica, que pudesse ser aplicada na própria rua e que considerasse a história e vivência dessas crianças como parte integrante e significativa de sua constituição como sujeito. A partir da prática e da reflexão sobre a dinâmica de vida que envolve esses meninos e meninas, o grupo Mano a Mano começou suas atividades com uma proposta de educação na rua, através da arte-educação, objetivando que esta criança ou adolescente desenvolva sua auto-estima e se reconheça como um sujeito de direitos, que extrapole a imagem fixada pelo preconceito e questione suas condições na rua agindo sobre elas.

## **Trilharestórias**

O Projeto Trilharestórias é um trabalho de arte-educação, baseado na leitura e contação de histórias, e é desenvolvido por estudantes da UNICAMP.

Este trabalho tem por objetivo incentivar a imaginação e a expressão criativa, além do gosto pela leitura, audição e contação de histórias. A proposta parte da leitura de histórias, a partir de um acervo selecionado de Literatura Infantil, e segue-se de atividades de Artes Plásticas - pintura, desenho, construções com sucatas para expressão do universo interior da criança, possivelmente tocado pelas histórias. O diálogo permanente com a criança é objetivo e proposta deste trabalho, propiciando a aproximação das atividades com as necessidades desta.

O projeto é voltado para crianças de baixa renda no município de Campinas. Atualmente, atua junto às crianças da comunidade da Mogiana, uma ocupação de uma estação de trem abandonada da Fepasa, no bairro Guanabara. Desenvolve atividades durante dois períodos da semana e todo primeiro domingo do mês. O projeto surgiu em 2001, pela iniciativa dos estudantes motivados a desenvolver trabalho voltado para uma possível transformação social, envolvendo o público infantil.

## **Na Escola da Vila**

O projeto Na Escola da Vila nasceu a partir das atividades de uma estudante de Biologia da UNICAMP durante estágio de Licenciatura na E.E. "Professor Francisco Álvares", Vila Holândia (periferia de Barão Geraldo); o projeto se ampliou diante da necessidade da revitalização do espaço escolar como palco do cultivo da arte de viver com dignidade, visando a fomentar a verdadeira comunicação entre as pessoas e a valorização de todo ser humano.

A atividade pioneira que desencadeou a consecução do projeto foi o Jornal da Escola, na elaboração do qual houve e há intensa participação estudantil e docente e ótima aceitação pela comunidade escolar, da Vila e do entorno. Logo a esta, seguiram-se outras propostas de atividades, dentre as quais estão as aulas de iniciação teatral e musical, dança, contação de histórias, jogos de percepção, capoeira de Angola, produção de vídeos caseiros, oficinas profissionalizantes, treinamento esportivo, dinâmicas e rodas de conversas sobre grandes temas da atualidade.

## **VEJA - Vivência Educacional de Jovens e Adultos**

O projeto VEJA surgiu em 1999 a partir de um grupo de estudantes da UNICAMP que buscavam desenvolver um trabalho de extensão comunitária em Barão Geraldo, ocupando espaços da Moradia Estudantil. Desde então, o Veja funciona no Centro de Vivência 1 da Moradia, oferecendo um curso de nível fundamental para moradores do Distrito.

O projeto, nestes quatro anos de existência, já passou por várias transformações, sem perder, no entanto, a essência que lhe deu origem: a busca pelo aprendizado mútuo (universitários e não universitários), através da troca de saberes e de uma educação reflexiva, dinâmica e prazerosa, que tenha como tônica central trazer temas da realidade e do cotidiano como elementos fomentadores do aprender.

No momento, o curso oferece todas as disciplinas de nível fundamental (Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês), com atividades de segunda a sexta, no período noturno.

## **Viveiro de Plantas Nativas**

O projeto Viveiro de Plantas Nativas surgiu no começo do ano 2000, idealizado por alunos do curso de Biologia da Unicamp, que buscavam um maior envolvimento com a sociedade, através da aplicação prática do conhecimento adquirido na universidade. Juntamente, a preocupação com a constante degradação e fragmentação de formações vegetacionais naturais da região de Campinas, em consequência de atividades antrópicas, mobilizaram estes estudantes a começar.

O principal objetivo deste projeto é conseguir uma maior articulação de estudantes da universidade com outros setores da sociedade (em especial os movimentos populares, associações de moradores e o poder público), por meio da capacitação dos estudantes no trabalho de recuperação florestal e da realização de plantios comunitários de espécies nativas. Para tanto, as atividades desenvolvidas pelo Viveiro consistem na coleta de sementes, germinação das mesmas em sementeiras, transplante das mudas para sacos plásticos apropriados e sua manutenção até o período de plantio.

São produzidas exclusivamente espécies da vegetação original da região de Campinas (Floresta Estacional Semidecídua e Cerrado). O objetivo da produção de mudas é seu plantio em mutirões, que, em geral, têm a participação de estudantes da Unicamp de diversos cursos, moradores da região do plantio e interessados em geral. Desde a criação do Projeto Viveiro até os dias atuais, já foram produzidas/cultivadas mais de 3000 mudas de cerca de 80 espécies de árvores nativas. Atualmente, cerca de 20 alunos de diversos cursos de graduação e pós-graduação participam diretamente do projeto.

**TERMO DE COMPROMISSO**

Diante do presente instrumento, em decorrência dos acordos entre o DCE e a Reitoria da Universidade Estadual de Campinas – **UNICAMP**, em relação ao grupo de estudantes auto-denominado movimento SUBA, que ocupou o espaço da antiga lanchonete Subway, fica estabelecido o seguinte termo de compromisso :

**Cláusula Primeira**

A UNICAMP irá destinar um espaço físico, com infra-estrutura de apoio de projetos de extensão comunitária dos seus alunos envolvidos nos referidos projetos.

**Parágrafo Único**

Este espaço, que compreende duas salas de apoio aos projetos de extensão, vizinhas às salas da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/Unicamp, ficará sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

**Cláusula Segunda**

A infra-estrutura de apoio será composta por:

- A) linha telefônica;
- B) ponto de rede;
- C) 02 (dois) microcomputadores;
- D) 01 (uma) impressora;
- E) 01 (um) scanner;
- F) 01 (um) aparelho televisor e vídeocassete;
- G) 01 (um) retro-projetor;
- H) 01 (um) aparelho de som;
- I) 01 (um) quadro branco;
- J) 01 (uma) filmadora digital;
- K) 01 máquina fotográfica digital
- L) tela de projeção
- M) mobiliário.

**Parágrafo Primeiro**

A aquisição desses materiais já está sendo providenciada, com recebimento previsto para o mês de dezembro de 2003

**Parágrafo Segundo**

Será disponibilizado um servidor Técnico Administrativo, lotado na PREAC, para dar apoio às atividades e administrar o espaço.

**Cláusula Terceira**

Com relação às atividades culturais, a Unicamp disponibilizará aos estudantes um dia por semana na programação da Casa do Lago.

**Parágrafo Único**

Deverá haver um entendimento entre os estudantes e a Comissão que promove as atividades culturais da Casa do Lago, sobre qual será este dia, podendo haver flexibilidade, dependendo da programação da Casa do Lago e dos estudantes.

**Cláusula Quarta**

Os projetos de extensão deverão ser submetidos ao FAEPEX, conforme deliberação CONSU A 24/03 e a PREAC está estruturada para auxiliar os estudantes na formatação adequada desses projetos.

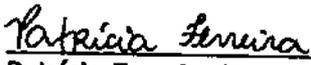
Clausula Quinta – Os estudantes que ocuparam a antiga lanchonete Subway se comprometem a desocupar o referido imóvel e adjacências até 04/12/03.

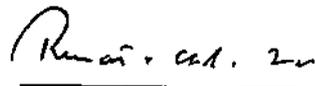
**Cláusula Sexta**

A UNICAMP não aplicará punições de nenhuma espécie aos estudantes que ocuparam o espaço referido na cláusula quinta, desde que a desocupação seja feita impreterivelmente até 04/12/03.

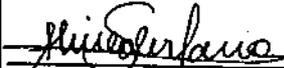
Para firmeza e como prova do referido compromisso, fez-se o presente termo particular impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelo representante do Diretório Central dos Estudantes – DCE e da Reitoria da Unicamp e pelas testemunhas.

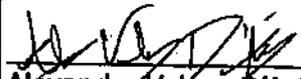
Campinas, 01 de dezembro de 2003

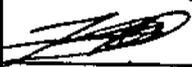
  
\_\_\_\_\_  
Patrícia Ferreira Rodrigues  
Representante do DCE

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Renato Atilio Jorge  
Chefe de Gabinete da Unicamp

TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_  
Aline Soler Parra

  
\_\_\_\_\_  
Alexandre Vargas D'Avila

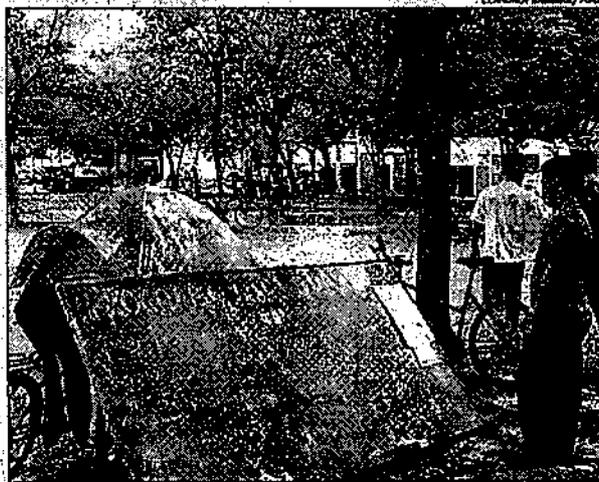
  
\_\_\_\_\_  
Francisco Carneiro De Filippo

# Alunos continuam acampados na Unicamp

Há 16 dias, estudantes dormem em barracas na frente do prédio que reivindicam para Centro Cultural

Dormir em barracas, tomar banho na universidade, lavar louça em tanque, preparar café da manhã para várias pessoas e dividir com outros universitários a tarefa de manter a 'casa' em ordem é a rotina de um grupo de estudantes que ocupa há 16 dias as instalações do antigo restaurante Sub Way dentro da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Organizados e com objetivos políticos bem definidos, os cerca de 50 estudantes de vários cursos ocuparam o prédio como forma de protesto para reivindicar a cessão definitiva do espaço para a criação de um Centro Cultural aberto à comunidade. Eles querem também a liberação dos recursos aprovados no Conselho Universitário (Consu) para Projetos de Extensão.

Com a energia cortada, os universitários adquiriram um gerador e o seu uso é rigorosamente controlado. A água que eles bebem é retirada dos bebedouros do campus e transferida para dois filtros que estão numa cozinha improvisada. Há



Louisa anuncia rotina diária de 'obrigações': disciplina

ainda um fogão industrial onde todo dia é preparado o café da manhã dos manifestantes e em frente ao prédio foi construído, em sistema de mutirão, um forno de barro onde eles fazem jantares coletivos.

A maioria dos manifestantes dorme em barracas, onde seus pertences são depositados sem medo de roubo. Os que não

têm barracas dormem na área externa do prédio, que tem a frente e as laterais cobertas apenas por toldos.

A impressão que se tem ao visitar o local, que foi rebatiza-

do de Sociedade e Universidade em Busca de Alternativas (SUBA), é a de que estamos diante de uma daquelas sociedades alternativas pautadas pelos interesses comunitários que surgiram na década de 60.

Hoje o grupo se reunirá com o vice-reitor José Tadeu Jorge para dar continuidade à negociação iniciada semana passada. De acordo com o estudante de Letras Paulo Vieira, integrante da comissão de negociação, os estudantes recusaram a primeira oferta do vice-reitor: uma sala no campus, sem precisar a localização.

A assessoria de imprensa da Unicamp informa que está mantendo o diálogo com os estudantes visando a desocupação do espaço, mas ainda não tem qualquer projeto para o uso do local. (Patrícia Azevedo/Da Agência Anhangüera)

Adquirir saúde em até 10 vezes.

**UNIVERSIDADE** *Manifestantes querem que prédio onde funcionava uma lanchonete seja utilizado pelos alunos e pelo DCE*

# Estudantes ocupam barracão na Unicamp

**Reitoria não se manifesta sobre o caso**

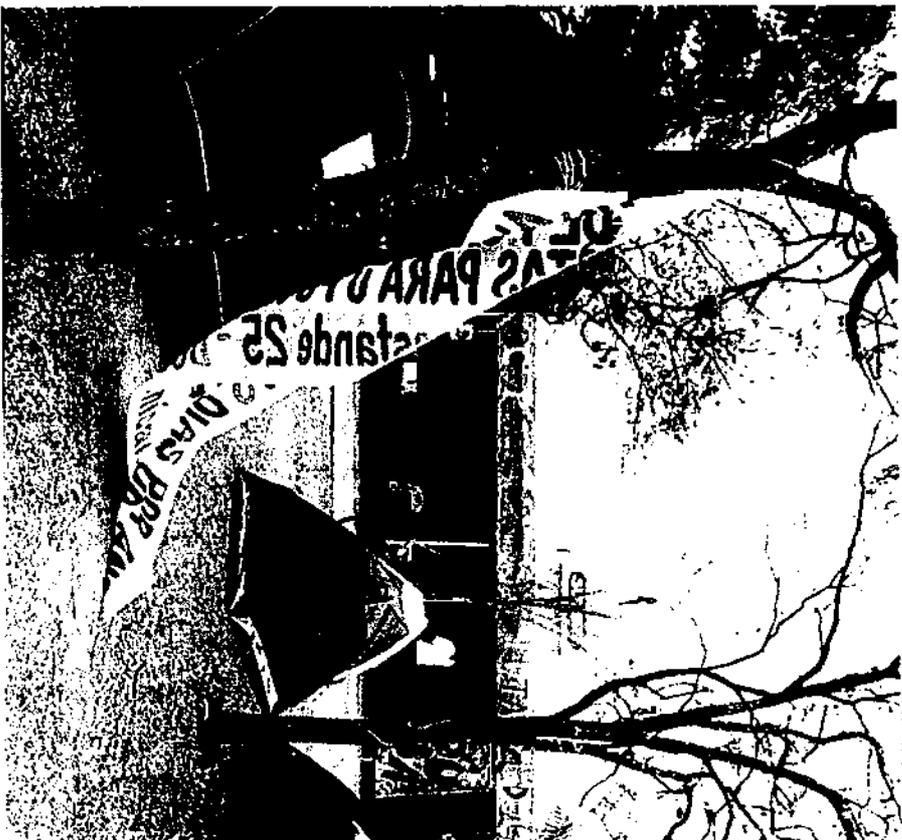
FEELANCI PARA A FOLHA CAMPINAS

A assessoria de imprensa da Unicamp informou que o reitor da universidade, Carlos Henrique de Brito Cruz, não vai se manifestar publicamente sobre a ocupação por estudantes do barracão onde já funcionou a lanchonete Subway.

De acordo com as informações fornecidas pela reitoria, a ocupação representa um problema institucional da universidade. Qualquer negociação que envolva a destinação daquele espaço será feita dessa forma.

A universidade negou que exista uma licitação em curso com o objetivo de alugar o barracão ocupado pelos integrantes do Suba para outra lanchonete ou qualquer outro tipo de estabelecimento comercial.

O reitor confirmou que recebeu um ofício dos universitários pedindo uma reunião, mas não informou se vai se reunir com uma comissão de negociação.



Acampamento dos alunos que ocuparam um barracão dentro da Unicamp para pressionar a reitoria

FEELANCI PARA A FOLHA CAMPINAS

Um grupo de cerca de 50 estudantes da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) ocupou na terça-feira um barracão onde funcionava uma lanchonete no campus da instituição.

Em uma carta entregue ao pró-reitor de Extensão da Unicamp, Rubens Maciel, os universitários pedem que o espaço seja transferido em um centro cultural, administrado pelo DCE (Diretório Central dos Estudantes).

O objetivo dos alunos, que se apresentam como integrantes de um grupo chamado Suba (Sociedade e Universidade em Busca de Alternativas), é instituir um debate com a comunidade acadêmica sobre a utilização dos espaços públicos da universidade.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a reitoria informou que, por se tratar de um problema de ordem institucional, não pretende se manifestar publicamente sobre a manifestação dos universitários (leia texto nesta página). Os estudantes declaram ocupar o barracão com recuo de que o local fosse alugado para outra lanchonete.

No entanto, a reitoria da universidade informou que não existe nenhum processo licitatório em andamento para a cessão daquele espaço para o comércio.

Francisco De Filippo, aluno de

organizadores do Suba, afirmou que a ocupação é por tempo indeterminado.

## Mais pobres

Além de uma redefinição do uso dos espaços públicos universitários, os estudantes envolvidos com o protesto reivindicam a implantação de uma política de financiamento de projetos de extensão comunitária desenvolvidos por alunos para a comunidade carente.

“Gostaríamos que a universidade respeitasse as determinações do Plano Nacional de Extensão Universitária, que coloca a prioridade e o atendimento às demandas mais pobres da população”, disse Filippo.

A prefeitura da Unicamp cobra a energia elétrica do barracão ocupado pelos estudantes, instalaram no local um gerador de energia.

## Sem discussão

De acordo com Filippo, o grupo já tentou negociar uma reunião com o reitor da Unicamp, Carlos Henrique de Brito Cruz, para discutir o uso do local desde que eles não teriam sido recebidos.

Segundo Filippo, não é perspectiva de ocupação de outros prédios da universidade. “Nosso objetivo era criar um político que permitisse a abertura de um diálogo com a reitoria”, disse ele.

# SUBA (Manifesto)

Qual o Sentido da Palavra Público? Há um bom tempo, o movimento estudantil, em suas mais diversas manifestações, vem questionando nos vários espaços da Unicamp o que seria uma universidade verdadeiramente pública.

"Atender aos interesses da sociedade brasileira" é um objetivo suficientemente vago para que quaisquer ações possam ser justificadas.

O que o país precisa? A atual reitoria acredita em medidas que estreitam os laços com as empresas privadas e a ampliação de cursos pagos como opção mais viável (para não dizer única) para a universidade exercer o seu sentido público. De acordo com esta visão, tais medidas levariam ao desenvolvimento da alta tecnologia e à formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho, contribuindo, assim, para o crescimento econômico do país.

Para direcionar a universidade ao desenvolvimento de alta tecnologia em união com as empresas de Campinas, do país e do exterior, diversas ações vêm sendo implementadas ao longo destes dois anos da gestão Brito. Entre estas ações destaca-se a cessão de espaços na Unicamp para empresas com vistas a estreitar as relações universidade-empresariado; daí a existência da sala Ajinomoto, na FEA, e da sala Microsoft, no IC (neste caso a empresa tem o direito de definir como será utilizado este espaço), além de outras instituições privadas que se instalam no campus (lanchonetes, bancos e até uma instituição de ensino), o exemplo mais recente é o do Colégio Integral, que alugou com exclusividade a FEF por um domingo.

Os gestores da Unicamp concentram esforços na promoção de cursos pagos, deixando à margem a

extensão, uma parte do tripé do modelo brasileiro de universidade: ensino-pesquisa-extensão. Neste sentido, as iniciativas da organização estudantil são desconsideradas, ou até barradas pela reitoria. São impostas barreiras para o repasse de verbas aos Centros Acadêmicos, e as festas, que poderiam ser espaços públicos de encontro e diálogo em vistas de pensar nossa atuação, foram proibidas autoritariamente.

Os problemas deste caminho: Com certeza a via pensada pela atual gestão da Unicamp define um caminho para a universidade pública brasileira. Contudo, esta proposta de universidade mostra-se extremamente restritiva ao abraçar apenas uma pequena fração da sociedade brasileira, relegando a maior parte da população ao completo alijamento do universo acadêmico. Será que a reitoria está no caminho certo, e a exclusão de dois terços da população brasileira deve ser o preço necessário a ser pago para o desenvolvimento do país? Acreditamos que não, e que a universidade poderia deixar de ser um grande problema para fazer parte de uma grande solução, se colocasse um outro caminho em sua pauta.

Parcela desta via foi pensada dentro do Plano Nacional de Extensão assinado em 1998, do qual a Unicamp faz parte. Dentro do modelo de Universidade Cidadã, a prática pedagógica é um processo educativo, cultural e científico que viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão funciona como uma via de mão-dupla (universidade-sociedade) na produção do conhecimento, promovendo uma troca de saberes sistematizados (acadêmico e popular) e tendo por conseqüências: a produção do conhecimento com base nas realidades brasileira e regionais; a democratização do conhecimento acadêmico; a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

E o que o SUBA tem a ver com isto? Todo este conceito de universidade que acabamos de explicitar leva a reflexões maiores sobre a utilização dos espaços públicos na universidade e sobre a relação desta com outros segmentos da sociedade. A ocupação do espaço que agora denominamos SUBA (Sociedade e Universidade em Busca de Alternativas) visa mostrar todo este contingente propositadamente deixado de fora pela reitoria, pelos governos e pelo sistema, que buscam nos impor como natural a sua lógica. Tudo isso afeta a formação de estudantes, numa universidade que não privilegia a formação de sujeitos críticos na leitura e na ação em relação à sociedade da qual participam.

A utilização dos espaços de uma universidade deveria ser no sentido de eliminar as barreiras que separam o universo acadêmico do externo, promovendo ampla integração entre estas partes e permitindo a disseminação das diversas formas de conhecimento. A relação com outras formas de organização da sociedade (movimentos sociais e outros grupos organizados); deve ser promovida de forma a permitir que não somente as grandes empresas tenham acesso a esta integração.

A atual gestão da reitoria vem se negando a dialogar sobre os rumos que a Unicamp está tomando. A ocupação do SUBA vem tornar pública a hipocrisia desta gestão. Lutamos pela conquista de um espaço que congregue as insatisfações para que possamos avançar em ações que modifiquem o atual estado de coisas. Lutamos também por outras formas de estrutura, financiamento e reconhecimento que possibilitem um novo pensar sobre a universidade e a sociedade. Afinal de contas, como disse o próprio reitor da Unicamp, Carlos Henrique de Brito Cruz:

"A Universidade é o lugar da liberdade acadêmica e do desenvolvimento do conhecimento, exigindo por isso propostas capazes de motivar e estimular a comunidade acadêmica a participar cada vez mais da definição dos destinos da instituição" (em "Bons tempos para Unicamp", Página 1).

**SUBA - Sociedade e Universidade em Busca de Alternativas (20 de Outubro de 2003)**

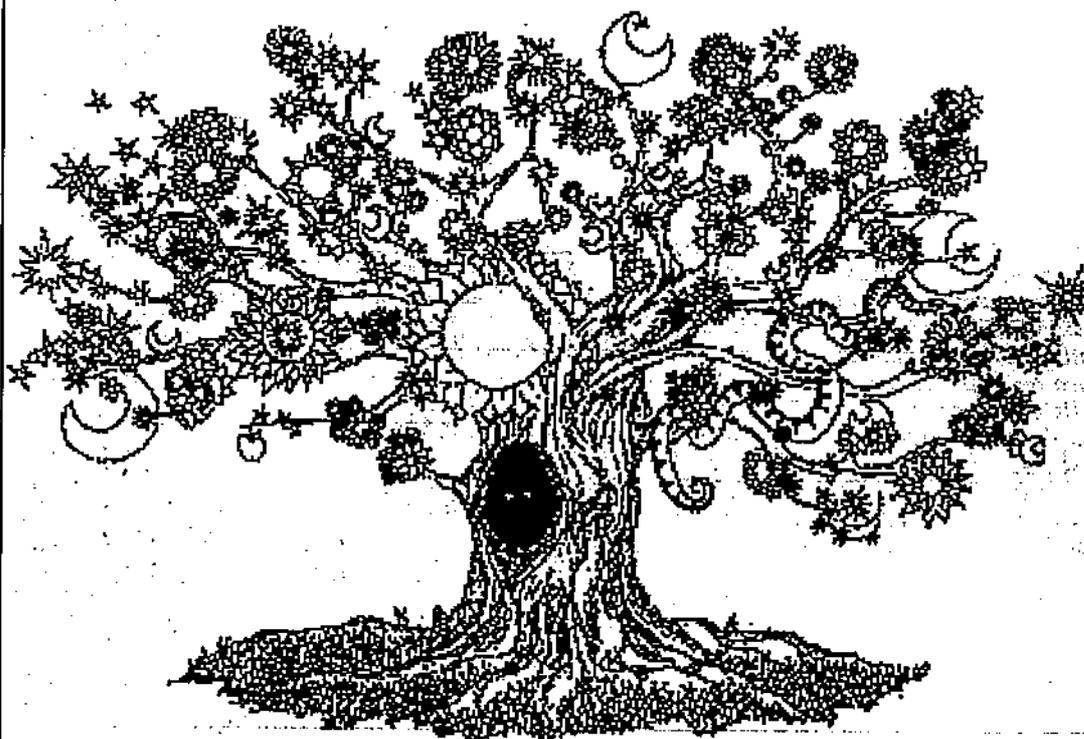
Apoio: Grupo Aberto de Extensão Universitária; Projetos de Extensão Universitária; Bateria Pública; Bia Art; Campanha Nacional contra a ALCA - Comitê Unicamp; Cinematógrafo; Comissão de Cultura, Esporte e Lazer do DCE; Diversidade - Grupo Pela Livre Expressão da Sexualidade Humana; GPSL - Grupo Pró Software Livre; Grupo de Flautistas; Espaço Cultural da Mogiana/Guanabara; Núcleo pela Reforma Agrária "Carlos Marigella"; Pastoral Universitária; Ponte Pra Lua (Pirafógia); DCE Unicamp - Diretório Central dos Estudantes; CAB, CACH, CACT, CACO, CAEA, CAECO, CAEF, CALL, CALA, CAP e outros centros acadêmicos da Unicamp.

2003/10/20  
Sociedade e Universidade em Busca de Alternativas

Caderno de textos para o

# SEMINÁRIO DE EXTENSÃO

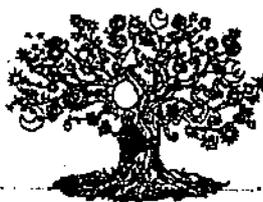
*"Caracterização e rumos da extensão universitária no IEL"*



*Realização*

**CALL**

Centro Acadêmico de Letras e Linguística  
Gestão: De Sacl a Saussure 2002/2003



# SEMINÁRIO DE EXTENSÃO

*"Caracterização e rumos da extensão universitária no IEL"*

A universidade brasileira se sustenta sobre três bases que teoricamente dariam rumo para o saber na Universidade. São elas os bem conhecidos apolos de sustentação do tripé: ensino, pesquisa e extensão. É clara a defasagem que existe neste tripé aqui na Unicamp, onde a pesquisa é de ponta, o ensino é muitas vezes voltado para a pesquisa e a extensão é algo tão vago que não sabemos ao certo o que é e o que não é extensão universitária. Hoje, o que dá a tônica da extensão nesta universidade são os cursos pagos (e bem pagos) vinculados à sua Escola de Extensão da Unicamp. O IEL tem uma oferta crescente deste tipo de curso.

Mas qual deveria ser o papel da extensão dentro do tripé que sustenta a universidade? Não há consenso quanto a uma resposta para esta questão; há diferentes concepções de extensão entre estudantes, professores e funcionários.

Ao reconhecer a necessidade de uma discussão aprofundada sobre o tema, o CALL (Centro Acadêmico de Letras e Linguística) e a Coordenação de Extensão do IEL propõem o seminário "Caracterização e Rumos da Extensão Universitária no IEL". O seminário tem como objetivos debater as diferentes concepções de extensão universitária (como extensão paga e extensão comunitária), apresentar a extensão praticada atualmente no Instituto e construir propostas conjuntas, a serem encaminhadas à Congregação do IEL, para uma política programática e coerente de extensão para a atual direção do IEL.

## Programação

**Dia 15/04/2003**

**Terça-feira  
das 19h às 21h**

*Prof. Maria Salette Mayer de Aquino Giuliano  
profa. do CEL e participante do projeto "Sonha Barão"*

*Prof. José Carlos Paes de Almeida Filho  
coordenador da Comissão de Extensão do IEL*

*Francisco Carneiro de Filippo  
mestrando em Economia e participante do projeto "MAP"*

*Debate e grupo de discussão para formulação de  
propostas de políticas para a extensão do IEL*

**Dia 16/04/2003**

**Quarta-feira  
das 10h às 12h**

*Prof. Sandro Tonso  
prof. do CESET e participante do projeto "Beija-Flor"*

*Prof. José Carlos Paes de Almeida Filho  
coordenador da Comissão de Extensão do IEL*

*Patiguara Mateus Porto de Lima  
graduando em Biologia e participante do projeto "Cio da Terra"*

*Debate e grupo de discussão para formulação de  
propostas de políticas para a extensão do IEL*

## Anexo 06: Carta convite: O Dia da

### **I Semana de Extensão Universitária Paulo Freire**

#### **O Dia da Organização**

**28/08 das 8:30 às 17:30 h .**

A Extensão Universitária, realizada dentro e fora da UNICAMP, vem somando junto aos projetos desta natureza, um importante conhecimento sobre um dos ditos tripés da universidade.

A organização destes projetos de extensão universitária, dentro do movimento estudantil, em busca de sua institucionalização conquistou, ao longo dos anos, um reconhecimento relevante na universidade.

O espaço SUBA, institucionalizado pela UNICAMP, na PREAC, representa hoje uma conquista do movimento e possibilita, através de sua estrutura, um ponto de melhoria na comunicação, concretização e expansão das práticas de Extensão.

As avaliações dos dois seminários de Extensão, realizados nos anos de 2002 e 2003, pelos mesmos projetos, apontaram a necessidade de um terceiro seminário, configurado agora como I Semana de Extensão Universitária Paulo Freire, a ser realizado no final de 2004.

Nosso primeiro passo para a realização deste evento, chamado por nós de O Dia da Organização, será feito em um encontro entre os participantes e Interessados da Extensão Universitária. Neste dia temático-pedagógico estaremos suscitando temas e elaborando os procedimentos para a Semana.

Será disponibilizada uma pasta de textos subsidiários às discussões temáticas do Dia da Organização ( retirá-los entre os dias 25/08 e 27/08 com o funcionário Edson, na ITCP, ao lado do SUBA ).

Deste modo, convidamos todos interessados para participar deste dia original e promissor à Extensão.

Segue no verso a dinâmica do encontro:

**Relato de oficina dada a educadores e educadoras do MST**

**Ribeirão Preto**

**Escrito por Dani, em novembro de 2005.**

Nos encontramos as 6:00 da manhã no ônibus para a rodoviária: o 3.60. Estávamos bem empolgados com a apresentação do trilhares no encontro, principalmente quanto à apresentação do conto: Seu vento; adaptado em ensaio anterior. Apesar do sono, estávamos contentes. Embarcamos no ônibus para Ribeirão as 6:30, dormimos um pouco e demos uma ensaiadinha na apresentação da metade do caminho pra frente; para irritação dos passageiros que queriam mesmo dormir. Dona Brisa e Ventania (âmbos personagens do conto "Seu vento"), mais nossa querida narradora começavam a entrar em cena.

Chegando na rodoviária de Ribeirão Preto, fomos rapidinho para o local do encontro, um espaço cedido pela igreja ao MST (esqueci o nome do local). Fomos muito bem recebidos e alojados com privilégios.

Logo que chegamos já fomos dando início à apresentação do trilharestórias. As apresentações ocorreram na plenária, um espaço de uma sala de aula, havendo entorno de cinquenta participantes.

**Descrição da Oficina:**

A Oficina foi dividida em cinco tópicos, a saber: interação inicial, apresentação do histórico do grupo, apresentação do conto Seu Vento, exercícios de participação dos educadores (recordando brincadeiras), apresentação das brincadeiras e relaxamento final, no período noturno.

No primeiro momento puxamos o pessoal para fora da sala, embolando o abre a roda tindolêê.... mostrando que viemos mesmo interagir de corpo e alma com educadores do MST, fomos para o gramado e gastamos uns vinte minutos ali, abrindo, fechando, dançando a roda tindolêê...

Voltando a sala de aula, passamos a apresentar Ventania e Dona Brisa, dois personagens personificados em bonecos de fantoches que construímos no Trilharestórias, em oficina de estudo, tempos atrás. Os personagens ganharam vida artística, com características apropriadas ao enredo da estória. Eles mesmos apresentaram os integrantes do grupo e conduziram os tópicos da oficina.

Começamos com um breve histórico do grupo e sucinta descrição de nossa metodologia de trabalho (arte educação a partir da literatura e do folclore brasileiro), logo após a este relato, Dona Brisa e Seu Vento voltam em cena para dar início ao conto (que fique claro que não foram os fantoches que contaram a estória do seu vento e sim os trilheiros, que de uma certa forma foram também incorporados à estória: a Mari como narradora principal, o Dani, como o Ventania, e a Márcia como Dona Brisa). O conto estava requintado com muita música, *cantamos três canções* durante o conto, das quais uma delas nos mesmos criamos em ensaio, também havia detalhes musicais no conto todo, como expressões de intensidade, tonalidade e movimento rítmicos.

Ao término da estória, passamos "a bola" aos educadores do MST, para que fizessem um exercício de lembrança de brincadeiras da infância e reproduzissem para todos nós, ao final da oficina; divididos em seis grupos se deslocaram para vários espaços do local do encontro e desenvolveram a atividade.

Para terminar, fomos a quadra de esportes do local para as apresentações das brincadeiras. Fizemos uma grande roda e ali fomos aprendendo e recordando com os educadores e educadoras do MST a nossa infância.

Destaque: uma brincadeira foi muito interessante, a dança das cadeiras; com uma única e brutal diferença: ao invés de saírem os dançarinos que não encontram assento, saíam apenas as cadeiras, de modo que todos precisavam sentar, mesmo que em uma única só cadeira; no final foi o que aconteceu, uma cadeira para nove, dez "dançarinos", na qual todos teriam de sentar.

Quanto ao relaxamento espero que a Mari possa descrever melhor, pois ela estava a frente neste momento.

### **Opiniões finais:**

Acredito que, para mim, este encontro do trilhares com os educadores e educadoras do MST, era o que precisava para declarar a importância do grupo no movimento, a mim isto ainda não estava muito claro. Pude perceber que somos muito queridos ali, não só porque trazemos idéias novas de trabalho com arte-educação, mas porque somos parte integrante do movimento, dando força e qualidade a ele; ali somos um só. Pude ver e sentir o trilhares como um grupo político e artístico ao mesmo tempo. Muito bom isso!!

A troca de experiências que tivemos por lá foi também excelente; o pessoal do Movimento Sem Teto (como escreve isso mesmo) estava por lá e nos trouxe uma dose da luta nos espaços urbanos.

É isso, estou muito feliz por ter participado deste encontro, espero que possamos nos ver e qualificar o grupo ainda mais para o ano que vem, nos envolvendo ao mesmo tanto na arte, na educação e na política!

Beijo  
Dani

## Anexos 08: Relatos Chico Mendes / MTST

### **Relato de ida a campo**

**Trilharestórias e MTST( Movimento dos Trabalhadores Sem Teto)  
(escrito em novembro de 2005, por Márcia Soraya, arte-educadora  
do Trilhares).**

O acampamento é urbano, muitas pessoas fazem bico na cidade e colaboram inclusive financeiramente com a estrutura do coletivo. Existem aproximadamente duas mil pessoas, oitocentas famílias, em uma área que umas 100 famílias ocupariam se fosse o MST.

Não há diferença social significativa visível entre os acampados. As crianças tomam café e almoçam na ciranda, ao q pareceu não se passa fome, mas também não se come carne. Não há hortas nem plantas, quase não há criação de animais, nem poderia haver, os barracos são muito próximos, alguns são colados.

Alguns barracos são de lona preta, outros de outras lonas aproveitadas de materiais de publicidade... Por exemplo, tinha um barraco com um símbolo enorme da Globo! Resignificação total! A ciranda tem 3 cômodos: A cozinha, que é de maderite; um espaço grande com sofá, brinquedos, fantasia...que é de maderite e é revestido de tapete (tira-se o sapato para entrar lá); e por último, um espaço redondo de lona com mesas e cadeiras onde se come e se realiza atividades que precisem de mesa e cadeira.

Chama a atenção na cirando alguns homens realmente assumindo a responsabilidade (não apenas ajudando) e curtindo muito estar lá. Inclusive o Dani, (arte-educador do Trilhares) assumiu de forma bem legal a atividade...Para completar a presença masculina, os homens estavam em maioria enquanto grupo de estudantes (o q é motivo de orgulho em uma atividade de educação infantil).

O acampamento é dividido em quatro brigadas: Zumbi dos Palmares, Maria Bonita, Olga Benario e a quarta não lembro, mas é nome de homem. Cada brigada tem um barracão coletivo, banheiro coletivo e cozinha coletiva. As construções coletivas têm mais estruturas que as individuais (água, eletricidade, etc...) e são marcadas pela bandeira vermelha do MTST. Encontra-se porém, barracos individuais que clandestinamente contam com estrutura que não deveriam contar, como eletricidade.

Além das brigadas (que tem seus coordenadores, reuniões internas, etc...), o acampamento se organiza também em setores, como o de educação, saúde, estrutura, etc...Como o Dani falou, eles serão despejados em breve...Além disso estão sofrendo boicote da prefeitura que não recolhe lixo. Isso é muito sério em um acampamento urbano que tem uma concentração tão grande de pessoas e poucas possibilidades de reaproveitar lixo orgânico, por exemplo. O lixo acumulado na frente do acampamento funciona como uma arma biológica contra os Sem Teto.

**Relato de ida a campo: vivências e oficina de arte.  
Acampamento Chico Mendez, MTST, Taboão da serra, São Paulo  
Escrito por Dani, novembro de 2005**

Dessa vez estavam Dani, Márcia e MarIA...

Nos encontramos as 6:30 no linha USP. Não estávamos tão animados, talvez porque não tivéssemos ensaiado nada para apresentar para as crianças do MTST, o que não era nossa intenção a priori; havíamos pensado em apenas conhecer o espaço. Talvez tivéssemos organizado esta ida por lá com um pouco de euforia, o que impossibilitou uma intervenção mais contundente, entretanto não sabíamos até quando o acampamento agüentaria por lá, pois havia uma ordem de despejo iminente.

Enfim, pensei em levar ao menos uma atividade para fazer com as crianças: construção de instrumentos musicais. Levei também o "Rapadura", um boneco de fantoches que construí no período em que estava no "mano a mano"; o Rapadura é bem mano mesmo, um tipo urbano, meio doido. Pensei que alguém pudesse manuseá-lo, ajudando na atividade, além de ser outro item lúdico para nos identificar enquanto grupo de arte-educação.

Ao chegarmos na USP, conforme a Márcia combinara com seus companheiros de Movimento Estudantil (Pequeno e Xizinho), logo fomos levados ao acampamento Chico Mendes; na companhia da companheira Ana Terra, que apareceu antes de sairmos, indicando o local do acampamento (vale aqui ressaltar que este encontro do trilhares com o acampamento Chico Mendes, nascera no encontro das educadoras e educadores do MST, em Ribeirão, quando nesta ocasião conhecemos a Ana e seus companheiros e companheiras, os quais nos convidaram para um dia juntos lá no MTST Chico Mendes).

Fomos nos ambientando com a grande metrópole, enquanto nos dirigíamos ao acampamento; perto de chegar, já podíamos avistá-lo. Realmente não aparentava uma favela urbana, notava-se um tipo de organização diferente, peculiar ao Movimento Popular; Logo que entramos no espaço avistamos a ciranda, toda colorida e desenhada parecia um pequeno circo, muito bonita!

As crianças estavam nos esperando, talvez com uma expectativa que não contávamos, pois pensávamos em apenas uma ida de reconhecimento; acho que as crianças, por alguém que deve ter comentado, esperavam de nós uma apresentação de teatro. Enfim, elas apresentaram para nós alguma encenação, puseram fantasias e começaram a cantar algumas músicas e soltar gritos de guerra. Havia na ciranda umas quarenta crianças de todas as idades; estava bem difícil!

Assim que terminaram suas apresentações, nós do trilhares puxamos um abre a roda tindolêlê..., que estava na ponta da língua e fomos para fora gastar um pouco de energia, depois sentamos e conhecemos seus nomes e o que mais gostavam de fazer, nesta hora também aproveitamos para que o Rapadura, o boneco, na mão da Márcia (que está ficando muito boa em manusear bonecos e interpretar personagens)apresentasse o grupo.

## A oficina

Como disse, estava bem difícil, talvez a atividade que preparei fosse mais adequada para crianças maiores, mas tivemos que trabalhar com todas elas.

A atividade consistia em:

Apresentar um livro de construção de instrumento, para que pudessem ter idéias e visualizar outros tipos de instrumentos.

Apresentar o material para a construção do instrumento: tampinhas de garrafa de cerveja, pregos, madeirinhas, martelo (como podem ver materiais um tanto perigoso para crianças, principalmente um monte de crianças querendo pegar em tudo a todo custo).

Montar uma parte do instrumento para que elas pudessem ver com é que faz...

- Auxiliá-los na construção do instrumento, ou seja, fazer furinhos nas tampinhas, amassar as laterais das tampinhas, colocar as tampinhas amassadas nos pregos e por fim pregar os pregos cheios de tampinhas nas madeirinhas; nada muito difícil para se fazer com um grupo de quatro a cinco crianças "bem comportadas"...

Mas como tudo vai bem quando se esta em grupo (vale ressaltar também a participação do Pequeno, do Xizinhos e da Ana Terra que ajudaram com os mini grupos e providenciaram estruturas) e depois de pestanejar um pouco, conseguimos dividir as crianças em três grupos, nos quais desenvolvemos a atividade como pretendíamos.

Conseguimos fazer dois chocalhos de tampinhas de garrafa, bem legais para a ciranda do MTST. Parece pouco, mas em si a atividade de construção, ou seja o processo de construção foi muito bom, nele conteve interessantes sacadas para a educação das crianças como: **se organizarem em grupo, respeitarem a sua vez, por a mão na massa, fazer eles próprios o instrumento...**

Depois da atividade as crianças almoçaram, cantamos um pouquinho para elas enquanto almoçavam. Fomos almoçar também e conhecer o acampamento.

Estivemos encima de um prédio abandonado, do qual pudemos ver todo o acampamento, lá encima toquei com o pessoal uma música que compus sobre e com este Movimento. Demos mais algumas voltas, nos despedimos e partimos.

Como sempre esqueci algo, desta vez o meu próprio amigo Rapadura, alguém que eu mesmo criei, dei de comer, casa, roupa... tive a cabeça de esquecê-lo, além de outras coisinhas.

**Finais:** Mas uma vez, o grupo teve a oportunidade em crescer politicamente, se tornar cada vez mais consciente sobre a situação social de nosso país, de perceber as conflituosas relações mundiais e humanas e, fundamentalmente participar da construção ou da tentativa de construção de um novo mundo. Saber que a humanidade esta em colapso. O Chico Mendes será destruído na quarta feira que vem, seria legal estarmos lá para ajudá-los no despejo! É isso, até e beijos Dani.

**Relato da ida a campo**  
**Acampamento Chico Mendes e projeto PIÁ**  
**(Escrito por Dani, em março de 2006)**

Quando estamos com sorte e mantemos os entusiasmos e a vontade do lado da organização, tudo da certo!

Recebemos convidados do núcleo pela reforma urbana (André e Flávio), núcleo pela reforma agrária (Maíra e Leandro, o cantor, como diria Raul Seixas), Daphne, representando ela mesma e o mano a mano e, Dani, Márcia, Renata, MarIA (trilharestórias).

Conseguimos sair sem atrasos, contando com alguns imprevistos...

Uma viagem sonolenta de ida, com um ensaio da estória que íamos contar e uma discussão sobre a programação. Depois disso acho que ficamos animadinhos começamos aprofundar um pouco a questão da formação dos bairros da periferia, dos movimentos sociais e do envolvimento de cada um com estes temas.

Chegamos no Chico Mendes na hora marcada, sem muito trânsito e sem se perder.

**Chico Mendes:**

A ciranda do chiquinho, agora com as crianças nas escolas estava um pouco mais vazia em comparação com as outras vezes e também, o pessoal acampado se movimentava para este despejo que vai acontecendo aos poucos. De qualquer forma, fomos muito bem recebidos pela companheira Bruna. Assim que chegamos, nos reunimos junto a algumas pessoas do movimento (não me lembro o nome deles) e colocamos na roda nossas impressões e anseios, de uma maneira que perpassava discussões sobre Conhecimento apenas, vivíamos naquele espaço um momento histórico, não sei se só para mim, mas senti que não requeríamos algo deles para nós, mas que também deixávamos com eles nosso sentimento de adesão a Causa, nossa vontade e ação também de mudança social. Aquele momento apresentava-se para mim muito coerente e Real, tanto do ponto de vista do Conhecimento, quanto do ato da transformação.

Lembro que a reunião acabou quando as crianças começaram a chegar no espaço e isso clarificou bem a separação que fazemos ainda dos mundos que, na Real, não são separados: o mundo dos adultos e os das crianças. Foi interessante porque, um pouco antes deles chegarem estávamos falando sobre elas e a organicidade da Ciranda, mas de uma maneira não real, pois só quando ouvimos as vozes e sentimos a presença das crianças no espaço é que tudo o que a Companheira Bruna dizia sobre as crianças e a organicidade da ciranda fez sentido.

Porque ainda separamos tudo? Hora do Discurso, hora da prática, hora dos adultos, hora das crianças....

Partimos então para contação da estória. Antes demos uma banda no acampamento para chamarmos mais crianças como um cortejo festivo anunciando a vinda da leitura, da arte, de novos amigos e amigas no local.

A estória do seu vento estava na ponta da língua? Quase... ainda tínhamos que ler algumas partes; mas do ponto de vista estrutural

estávamos bem, havíamos ensaiado, estávamos em um número de três contadores para a estória, com elementos cênicos e musicais. As crianças estavam tentando entrar na estória, mas acho que faltou uma atividade de entrosamento antes, como, por exemplo, um abre a roda, que acabou por acontecer depois.

Para terminar a estória cantamos a música do Sansa kroma, que foi composta lá no Chico mendes em outra ocasião

Trocamos mais algumas experiências e partimos para o PIÁ, na companhia da Ana Terra e da Marcela (membro do projeto PIÁ).

## **Projeto PIÁ**

Minhas impressões do PIÁ se resumiram à questão Pedagógica. Me senti em um centro de estudos Pedagógicos, dirigido às crianças da periferia em um espaço privilegiado como o deles, o centro esportivo Raul Tabajara.

Entretanto um centro de pesquisa não acadêmico, mas popular, onde a prática e a teoria se fazem juntas e com um significado social de transformação.

Um pouco da postura política pedagógica do projeto PIÁ, como o princípio da auto-gestão, como estava nos seus informativos, de certa forma pude compreender, apesar do pouco tempo que estivemos por lá; tanto na preparação do almoço, como na organização dos materiais pedagógicos da sala, dos quais as crianças tinham acesso fácil.

Outros detalhes como do financiamento do projeto e pormenores sobre as idades das crianças não consegui captar (estava um pouco viajando...), espero que outras trilheiras manifestem algo sobre estes itens.

Do geral, o PIÁ me pareceu um espaço privilegiado para aquelas crianças do Bairro.

Tanto nas discussões da manha, no Chiquinho Mendes, quanto no PIÁ, a tarde, trouxeram-me a questão das crianças de rua, realidade que vive a dois anos junto ao mano a mano. Era doloroso saber e olhar aquelas crianças já completamente excluídas de possibilidades educativas, de um desenvolvimento pessoal mínimo, que vivem no âmago, toda a miséria de nossa sociedade decadente.

Estes projetos educativos, como a ciranda, em movimentos populares, são de enorme importância, pois oferecem uma opção fundamental para as crianças da periferia, já que estas não possuem espaço na sociedade do capital, enquanto consumidoras dos produtos "educativos" que o sistema produz. Estes projetos (na minha visão), construídos com muito amor por parte dos educadores, evitam que crianças busquem o espaço de rua como fonte de significados e de possibilidade de desenvolvimento pessoal; ilusória, porque como sabemos a lógica hegemônica não é a da educação para liberdade, por exemplo, e sim para a educação do consumo. A rua educa seus súditos, ao consumo, a lógica do capital. Se a crianças ficam a mercê da rua acabam por entrar neste movimento. È ai que se faz importante os projetos educativos, tentando desconstruir da cabeça de cada criança as ilusões dos fetiches capitalistas.

È isso. Espero ter contribuído. Abraços, Dani

**Relato de ida a campo**

**Pré-assentamento Milton Santos, MST, Cosmópolis**

**Escrito por Dani, em abril de 2006**

Para começar uma cena fantástica; de dentro do ônibus avistei vários guardas chuvas coloridos, todos abertos e juntos, em forma de flor na minha cabeça e bem no ponto de encontro da o pessoal do trilhares para Cosmópolis. De repente, bum! Os guardas chuvas coloridos são erguidos ao mesmo tempo e debaixo deles o trilharestórias. Muito legal.

Foram entrando no ônibus, nove trilheir@s no total, a princípio tudo bem, mas depois pensando vimos que talvez teríamos problemas com o transporte da rodo para o assentamento, visto o número de pessoas. Há, já ia me esquecendo, nos atrapalhamos com o horário do ônibus e ficamos esperando uma hora o busão.

Chegamos na “rodo” de Cosmópolis as 9:00. O clima do grupo estava harmônico, apesar de sermos nove pessoas estávamos nos entendendo bem. Enfim apareceu na fitinha o Tiririca, um trabalhador rural lá do Milton Santos para nos buscar, na companhia do Dija, um novo educador da ciranda, substituindo o Santana. O Tiririca tinha uma perua bem velha mais ainda andando; deu certinho, fomos os nove trilheir@s de uma vez só para o assentamento, pois pensávamos em duas viagens, devido o número de gente. O fato foi que, conforme o nosso atraso, acabamos por chegar na ciranda as 10:30 e teríamos que voltar as 11:30 para pegar o busão da 12:00 na “rodo” de Cosmópolis. Eu e a MarIA ficamos pensando:

- puxas vida temos muito pouco tempo para fazer as atividades! Com será isto?

Decidimos, por bem, então cancelar o passeio pelo assentamento, pois ocuparia muito tempo e desenvolveríamos apenas as atividades de contação de estórias e plantiu das sementes de girassóis.

Tudo parecia impossível demais, envolver a molecada, contar a estória da lagarta, distribuir os vasilhinhos de caixa de leite, pegar a terra, plantar e regar as sementes (eram mais ou menos vinte crianças com idades variadas<sup>11</sup>), conversar com pessoal do setor que se encontrava por lá naquele momento em reunião e almoçar (o pessoal da ciranda fizera questão de que almoçássemos, pois haviam preparado o almoço para nós e não poderíamos recusar), tudo isto em apenas uma hora!

Inacreditavelmente conseguimos fazer tudo em uma hora, até cantamos algumas músicas de borboleta (lembra da estória da lagarta que se transforma em borboleta?), fizemos roda de capoeira com o Dija; o Dija me parece um cara bem ponta firme para trabalhar com a educação, compreendeu bem a questão da troca de conhecimento na conversa que íamos traçando pelo caminho e na prática também, pois quando percebeu o pandeiro na mala junto do violão, logo pegou o seu berimbau e no final de nossas

<sup>11</sup> O fato de haverem crianças de diversas idades a mim pareceu muito pedagógico. No momento da leitura, envolvemos os mais velhos para que lessem também, contasse uma parte da estória que começamos a contar. Foi ótimo: André, que aparentava ter 14 anos lia muuuuito bem e contava, muito bem, estórias, respeitando pontuações, dando entonações de voz e tudo, contava bem melhor que o Dani a estória. Do outro lado, estava a Simone, representando as meninas, ele também leu um pedaço da estória; acredito que desta forma conseguimos envolver as crianças de as diversa idades que se encontravam lá no momento. Depois, para a atividade de plantiu, todos participaram e estavam envolvidos.

atividades puxou uma roda de capoeira, além de ter se mostrado muito envolvido, participando e ajudando com o que precisávamos; é claro, a Cacilda ficou preparando o almoço, e interagiu desta forma naquele dia, ela estava acompanhada de uma outra mulher da ciranda que não me lembro o nome. Ah! Ela também me mostrara o resultado de uma atividade de plantiu que fizeram com as crianças (copinhos plásticos com sementes de feijão); isto mostra claramente que eles estão envolvidos com o tema e começando a desenvolver atividades a partir do que conversamos.

Enfim, 11:20, tudo pronto, Tiririca esperando com sua perua velha para nos levar de volta e o almoço quentinho cheiroso nos esperando para comer! O que fazer agora? Vamos ter de recusar este almoço?! Porque temos que pegar o ônibus e lala..... Até que decidimos comer de forma simbólica para não fazer desfeita, comeríamos em um prato só!?

Até parece! Logo que o pessoal do trilhares foi sentindo o sabor da comida foram fazendo mais pratos e mais pratos; 11:30, tudo mundo comido, sem desfeitas, com Tiririca e o Dija na perua rumo a rodo. Chegamos encima como da outra vez, parando o busão na última hora.

Anexos 10: Fotos Trilharestórias / pré-assentamento Milton Santos / MST





Anexos 11: Fotos Trilharestórias / Acampamento Chico Mendes / MTST

